



INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

SERRA DO CIPÓ/MINAS GERAIS

LEVANTAMENTO PRELIMINAR

SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

SUMÁRIO

Siglas.....	3
Lista de Quadros.....	4
Lista de Tabelas	5
Lista de Fotos.....	6
APRESENTAÇÃO.....	7
A Serra do Cipó: descrição da metodologia da pesquisa e bens culturais de natureza imaterial identificados	8
Metodologia.....	11
AS LOCALIDADES DO SÍTIO SERRA DO CIPÓ	14
Conceição do Mato Dentro	15
Congonhas do Norte	21
Dom Joaquim	23
Itambé do Mato Dentro	26
Jaboticatubas	30
Morro do Pilar	34
Santana do Riacho.....	38
Santo Antônio do Rio Abaixo	42
São Sebastião do Rio Preto	44
Perfil populacional e socioeconômico das localidades pesquisadas.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
DOCUMENTO I.....	63
DOCUMENTO II.....	65
REFERÊNCIAS	66

SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

APAMP – Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JABOTUR – Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Turismo Padre Messias

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC – Paridade do Poder de Compra

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

UNESCO – Organização das Nações Unidas

ZA – Zona de Amortecimento

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Bens imateriais identificados em Conceição do Mato Dentro

Quadro 2- Bens imateriais identificados em Congonhas do Norte

Quadro 3- Bens imateriais identificados em Dom Joaquim

Quadro 4 – Bens imateriais identificados em Itambé do Mato Dentro

Quadro 5- Bens imateriais identificados em Jaboticatubas

Quadro 6 – Bens imateriais identificados em Morro do Pilar

Quadro 7- Bens imateriais identificados em Santana do Riacho

Quadro 8- Bens imateriais identificados em Santo Antônio do Rio Abaixo

Quadro 9- Bens imateriais identificados em São Sebastião do Rio Preto

Quadro 10 – Distância da capital, área e densidade demográfica de nove municípios do Sítio Serra do Cipó e de Belo Horizonte

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Contagem da População dos nove municípios contemplados pela pesquisa: “Serra do Cipó – identificação de bens culturais de natureza imaterial, 1991, 2000 e 2010

Tabela 2 - Número de crianças que não irão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas e probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos por 1000 crianças nascidas vivas – Área de estudo, 1991 e 2000

Tabela 3- Acesso a serviços básicos: água encanada, banheiro, energia elétrica e serviço de coleta de lixo – Área de estudo, 1991 e 2000

Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Área de estudo, 1991 e 2000

Tabela 5 – Pobreza e desigualdade – Área de estudo, 2003

Tabela 6 – Estrutura fundiária – Área de estudo, 2006

Tabela 7 – Ensino: número de estabelecimento de ensino e matrícula – Área de estudo, 2009

Tabela 8 – Percentual de analfabetismo entre crianças, adolescentes, jovens e adultos – Área de estudo, 1991 e 2000

Tabela 9- Percentual de crianças e adolescentes com acesso e frequência ao ensino fundamental e médio – Área de estudo, 1991 e 2000

Tabela 10 – Percentual de crianças e adolescentes na escola e fora da escola – Área de estudo, 1991 e 2000

LISTA DE FOTOS

Foto 1 -Vista parcial do município de Conceição do Mato Dentro.

Foto 2 - Vista parcial do município de Congonhas do Norte.

Foto 3 - Vista do distrito de Gororós, município de Dom Joaquim.

Foto 4 - Rio do Peixe, município de Dom Joaquim.

Foto 5 - Vista parcial do Município de Itambé do Mato Dentro.

Foto 6 - Vista parcial da comunidade quilombola Mato do Tição, município de Jaboticatubas.

Foto 7 - Vista parcial do município de Morro do Pilar.

Foto 8- Monumento Intendente Câmara, localizado dentro da área urbana do município de Morro do Pilar, no Bairro Paredão.

Foto 9 - Vista parcial do povoado da Lapinha da Serra, município de Santana do Riacho.

Foto 10 - Vista parcial do município de Santo Antônio do Rio Abaixo.

Foto 11- Rio Santo Antonio no município de Santo Antônio do Rio Abaixo.

Foto 12 - Vista parcial do município de São Sebastião do Rio Preto.

Foto 13 - Rio Preto no município de São Sebastião do Rio Preto.

Foto 14 - Imagem do João Moleque, localizada no Altar dedicado a ele.

Foto 15 - Chapéu de palha de indaiá, produzido em Morro do Pilar.

APRESENTAÇÃO

A pesquisa *Serra do Cipó: identificação de bens culturais de natureza imaterial* tem como objetivo a produção de diagnóstico dos bens culturais de natureza imaterial existentes em nove cidades da Serra do Cipó e seus distritos, a saber: Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Dom Joaquim, Itambé do Mato Dentro, Jaboticatubas, Morro do Pilar, Santana do Riacho, Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto.

Esta pesquisa surgiu a partir do *Mapeamento de Bens Culturais de Minas Gerais* realizado pela Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, entre 2008 e 2009. Tendo em vista a diversidade e quantidade de bens levantados neste *Mapeamento* (em torno de 5.000 bens), considerou-se a necessidade de realização de um projeto-piloto de inventariamento destes bens no estado, optando-se pela região da Serra do Cipó como foco para este primeiro inventário.

Esta opção deveu-se não apenas à diversidade de bens levantados na região durante o *Mapeamento* (em torno de 80) e à sua proximidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas principalmente em razão da descaracterização que a Serra do Cipó vem sofrendo, nos últimos anos, tanto em seus aspectos ambientais quanto culturais. Essa descaracterização é decorrente, sobretudo do grande número de empreendimentos que estão sendo implantados na região – desde mineroduto e mineradoras a condomínios residenciais de grande porte – e da expansão de atividades turísticas, muitas vezes com caráter predatório acentuado.

Vale ressaltar, ainda, que a delimitação dos municípios que compõem a região Serra do Cipó foi realizada tomando por referência documentos do governo estadual, não se configurando, no entanto, como uma delimitação fechada, mas apenas como indicativo para o início do inventário. Destaque-se, neste sentido, que a metodologia utilizada para esta pesquisa é o Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC, mais especificamente sua primeira etapa, o Levantamento Preliminar, o que indica que os resultados aqui apresentados configuram-se como primeiras aproximações frente ao nosso objeto de pesquisa.

Este texto apresenta, portanto, um quadro sistematizante desta etapa da pesquisa, realizada entre novembro/2010 a junho/2011, nas nove cidades/localidades da Serra do Cipó supracitadas.

A SERRA DO CIPÓ: DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DA PESQUISA E BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL IDENTIFICADOS

A Serra do Cipó localiza-se a 100 km de Belo Horizonte e está inserida na porção centro-sul do estado de Minas Gerais, em parte no Quadrilátero Ferrífero¹. Corresponde à porção sul da Serra do Espinhaço, conjunto de montanhas que se estendem na direção norte-sul por cerca de 1.000 km, seguindo pela Bahia até a Chapada Diamantina. Em 2005, sua porção mineira foi declarada Reserva da Biosfera pelo programa “O homem e a Biosfera”, da UNESCO.

A Serra do Cipó divide as águas entre as bacias do rio Doce a leste e do rio São Francisco a oeste, e divide biomas, constituindo zona de transição entre o Cerrado a oeste e a Mata Atlântica a leste. A região é famosa principalmente pelos Campos Rupestres, associados às elevações quartzíticas que intermediam os dois grandes biomas, que apresentam grande diversidade florística e destacado endemismo de flora.

A região abriga o Parque Nacional da Serra do Cipó, com 31.618 hectares que recobrem extensas vertentes e planaltos quartzíticos, e que é circundado pela Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira/APAMP, com 100.112 hectares, com ambientes similares aos do Parque além de remanescentes significativos de Mata Atlântica, diversas fisionomias do Cerrado e extensas matas secas sobre calcário. O Parque e a Área de Proteção Ambiental/APA são unidades de conservação federais, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio. Áreas de quatro municípios compõem o Parque – Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro. A Zona de Amortecimento/ZA do Parque, que coincide com o território da APAMP, abrange sete municípios – os quatro listados acima e porções de Itabira, Nova União e Taquaraçu de Minas.

Conhecida desde a época das bandeiras por tropeiros, sertanistas e viajantes que se dirigiam às regiões diamantíferas, principalmente ao Arraial do Tejuco

¹ A principal fonte utilizada sobre descrições ambientais, de localização, de impactos ambientais e de informações históricas sobre a Serra do Cipó, sobre o Parque Nacional da Serra do Cipó e sobre a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira foi o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó, realizado pelo ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ele pode ser consultado no site: <https://gestao.icmbio.gov.br/brasil/MG/parna-da-serra-do-cipo>.

(hoje Diamantina) e ao Arraial do Serro Frio (atual Serro), a Serra do Cipó, ou Serra da Vacaria, nunca se destacou pelas reservas metalíferas, e seu antigo nome se deve à criação de gado nas campinas para fornecimento de charque para tropas e garimpos.

A região foi percorrida por grandes naturalistas como Lund, Warming, Langsdorff e Saint-Hilaire, entre outros, que começaram a registrar a impressionante riqueza da flora, da fauna e dos sítios arqueológicos, que indicam não só elementos extintos da fauna como a presença humana remontando há cerca de 10.000 anos.

Além das pinturas rupestres, que registram a presença humana há milhares de anos na região, há aspectos históricos relevantes relativos a um período mais recente. Após o ciclo do ouro e dos diamantes, a região da Serra do Cipó viveu um período de decadência econômica, caracterizado por propriedades onde muito pouco se plantava devido à pobreza do solo para esse tipo de atividade.

Havia apenas uma pecuária extensiva que já então usava práticas predatórias, como queimadas sem qualquer controle, que reduziram drasticamente a área de matas e cerradão. A única atividade agrícola mais intensa foi a utilização das várzeas inundáveis para o plantio (sobretudo de arroz), associado ao corte seletivo de madeira nas matas de galerias do Rio Cipó, que só se interromperam com a criação do Parque na década de 1980.

Nas décadas de 1950 a 1960 iniciaram-se as pesquisas nas áreas de botânica e ecologia vegetal implementadas por pesquisadores brasileiros, que acabariam por embasar a lei estadual 6.605 de 1975, que criou o Parque Estadual da Serra do Cipó, e em 1984 transformado em Parque Nacional. Os Parques Nacionais são Unidades de Conservação Federais com áreas protegidas por lei com objetivo de conservar a biodiversidade e outros atributos neles contidos, com o mínimo de impacto. A sede da Unidade de Conservação Parque Nacional da Serra do Cipó é na Rodovia MG-010, km 97, Distrito de Serra do Cipó, pertencente ao município de Santana do Riacho.

Entre as décadas de 1980 e 1990 as pequenas lavouras foram substituídas por pastos de capim braquiária, e todos sofreram, e ainda sofrem, com a pressão da mineração de ferro. Morro do Pilar abrigou a primeira usina de ferro gusa do país, inaugurada no início do século XIX. Já no início do século XXI a exploração do minério de ferro consolidou-se na região. Durante a pesquisa de campo nos deparamos com instalações de empresas que exploram e explorarão tal recurso natural em Morro do Pilar, Dom Joaquim e Conceição do Mato Dentro. Além disso, na região está sendo construído um mineroduto que levará o minério extraído do solo mineiro para um porto do estado do Rio de Janeiro.

Em 1990 foi criada a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira como resposta à retomada da extração de mármore na região, mas vindo a proteger todo o entorno do Parque. Ao norte, a APA estende-se até a Lapinha e o maciço do Breu, e ao sul ela parte da zona rural de Senhora do Carmo, distrito de Itabira. Ao leste inclui porções das zonas rurais de Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro, como o povoado Cabeça de Boi (Santana do Rio Preto), e, a oeste, porções de Nova União, Taquaraçu de Minas e Jaboticatubas, destacando também a Serra da Lagoa Dourada. Ao contrário de um Parque Nacional, uma APA é uma Unidade de Conservação do tipo de uso sustentável, na qual se procura compatibilizar a conservação da natureza com a exploração responsável de parcela dos seus recursos naturais. Neste caso podem existir ocupação humana e terras privadas.

A velocidade do desmatamento, parcelamento do solo e transformação de ambientes tem sido infelizmente maior que a capacidade de organização e aparelhamento da estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente/SISNAMA na região. O desmatamento na vertente leste é tão forte que a Mata Atlântica, descaracterizada, vem sendo considerada como cerrado nos mapeamentos oficiais.

Hoje um dos símbolos da Serra do Cipó é o “Juquinha”, andarilho coletor de sempre-vivas e de orquídeas e bromélias e personagem da região, homenageado com uma estátua à beira da rodovia MG-010. Atualmente a maior parte da população urbana local dedica-se a atividades relacionadas direta ou indiretamente ao turismo, como condutores de visitantes, funcionários de pousadas, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais, cavalgadas, escaladas, caminhadas, entre outros.

O potencial turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó, e da região como um todo, passou a ser divulgado no final da década de 1980 quando a MG10, estrada que liga Belo Horizonte à região, foi parcialmente asfaltada. A partir daí, o distrito de Cardeal Mota, que é a porta de entrada da Serra do Cipó, começa vivenciar uma intensa transformação com a instalação de infraestrutura para atender o número crescente de turistas. Cardeal Mota pertence a Santana do Riacho e, recentemente, passou a denominar-se distrito de Serra do Cipó.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização deste trabalho foi a do Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC – Levantamento Preliminar. Deste modo, desempenhamos primeiramente levantamento e investigação em fontes primárias e secundárias existentes no município de Belo Horizonte para obter informações sobre o Sítio inventariado, assim como sobre as Localidades do Sítio e seus bens culturais de natureza imaterial. Os dados obtidos nesse primeiro processo da pesquisa foram registrados nas Fichas de Identificação de Sítio, de Identificação de Localidade, no Anexo 3: Bens Culturais Inventariados e no Anexo Bibliografia. Após extensa pesquisa nas fontes realizamos a incursão preliminar nas localidades contempladas pelo estudo.

A incursão preliminar foi conduzida tendo em vista os seguintes objetivos: identificar, localizar e catalogar as fontes de pesquisa existentes nos municípios, bem como identificar, localizar e contatar os informantes-chave que poderiam nos fornecer informações pertinentes sobre o objeto da pesquisa, que seriam entrevistados para registro audiovisual das informações de que dispusessem.

Em relação às fontes de pesquisa existentes nos municípios apenas em Jaboticatubas encontramos acervo relacionado e também organizado sobre o tema. Em Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar e Santana do Riacho há bibliotecas públicas, mas elas não contêm acervo sobre a temática. Mas nessas cidades a equipe teve acesso a cartazes, folders, folhetos e vídeos, dentre outros. Esses materiais muitas das vezes foram doados para a coordenadora da pesquisa e repassados para a coordenadora do projeto com vistas à constituição de acervo da pesquisa na sede da Superintendência do IPHAN em Minas Gerais.

Em relação aos informantes-chave contatamos e entrevistamos todos os secretários envolvidos com a temática (Secretários Municipais de Cultura, de Turismo, de Educação, etc.), exceto os de Santana do Riacho e de Santo Antônio do Rio Preto, e foi por meio deles que localizamos pessoas e instituições que nos ofereceram informações valiosas sobre os bens imateriais. O critério de escolha dos entrevistados foi: pessoas que possuíssem visão geral e/ou ampla dos aspectos culturais locais. Em Jaboticatubas, por exemplo, os registros audiovisuais foram feitos com a presidente da Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Turismo Padre Messias/Jabotur, com membro da

Comunidade Quilombola Mato do Tição e com membro da Comunidade Quilombola Açude Cipó².

Além dessas entrevistas, estabelecemos conversas informais com as pessoas indicadas, e outras que conhecemos nas cidades, dentre as quais destacamos ex-festeiros, líderes comunitários, secretárias paroquiais, membros de algum grupo/manifestação cultural (como marujadas, corporações musicais), entre outros agentes sociais envolvidos direta e indiretamente com as manifestações culturais locais. Constatamos na pesquisa de campo que poucas pessoas, secretários ou não, sabiam o que é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sua função e atuação como Instituto vinculado ao Ministério da Cultura. Além disso, o termo bem cultural de natureza imaterial ou apenas bem imaterial era desconhecido pela maioria. Diante disso, a equipe de pesquisadores juntamente com a coordenadora do projeto achou por bem distribuir entre os secretários e/ou líderes comunitários a cartilha: “Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais”, produzida pelo IPHAN. Essa fonte de informação contribuiu muito para esclarecer e informar às pessoas sobre o que é o IPHAN e o que é bem imaterial. Somada à distribuição da cartilha a equipe teve sensibilidade ao abordar os inquiridos informando e esclarecendo-lhes, na medida do possível, a temática pesquisada.

As entrevistas que resultaram nos registros audiovisuais foram feitas a partir de um questionário semi estruturado com perguntas referentes aos dados pessoais dos entrevistados, seguida de questões sobre os bens imateriais existentes no município e finalizada com assuntos relacionados à percepção do entrevistado a respeito dos bens citados no decorrer da entrevista³. Ao todo foram feitos 15 registros audiovisuais.

As conversas informais e as entrevistas nos possibilitaram diagnosticar no Sítio inventariado 382 bens culturais de natureza imaterial. Portanto, essa pesquisa complementou e corroborou o Mapeamento Cultural de Minas Gerais realizado em 2008/2009, pela Superintendência do IPHAN em Minas Gerais. Esse estudo identificou no Sítio *Serra do Cipó* em torno de 80 manifestações afeitas à cultura imaterial e o atual identificou, como citamos anteriormente,

2 O DOCUMENTO I apresenta os entrevistados em cada localidade.

3 O Documento II apresenta as questões contidas no questionário aplicado para a realização das entrevistas/registo audiovisual. Convém destacar que esse instrumento não foi utilizado como “camisa de força” ao inquirirmos o entrevistado. Ele apenas norteou a entrevista e tivemos sensibilidade de adequá-lo às realidades e às vivências diferenciadas de cada entrevistado.

382 bens imateriais, sendo 131 celebrações, 56 formas de expressão, 10 lugares, 29 ofícios e modos de fazer e 156 mestres/artesãos⁴.

Na categoria celebrações sobressaiu o registro de festividades em louvor aos santos católicos, seguidas de manifestações como Semana Santa. Outros tipos de festas também foram identificados, como carnaval, festival da cachaça, cavalgadas, festas juninas, forró, festa da colheita, festa do pequi, encontro de folia de reis e seresta.

Nas formas de expressão foram diagnosticados os seguintes tipos de bens imateriais: corporações musicais, grupos de marujadas, de caboclinhos, de catopés, de folia de reis e outros tipos de grupos de folia, escola de samba, guardas romanas, grupo de pastorinha, blocos carnavalescos, corais, encenações da Semana Santa, dança da fita, candombes, batuque, grupo de capoeira, dentre outros.

No diagnóstico referente a lugares encontramos terreiros de umbanda, o Caminho do Bom Jesus, comunidades remanescentes de quilombo⁵, dentre outros.

Já nos ofícios e modos de fazer localizamos a produção da cachaça, da rapadura, de artesanatos em palhas de taquaraçu, de indaiá e de milho, fibra de bananeira, madeira, pedras sabão e pomes, fios, tapeçaria, dentre outros.

Na categoria mestres/artesãos sobressaíram as atividades artesanais, com a utilização das seguintes matérias primas: linhas, couro, pelo de boi e de cavalo, madeira, fibra de bananeira, pedras sabão e pomes, bambu, taquara, cabaça, taboa, argila, pena de pato e de ganso, ferro, dentre outros. Além dos artesãos, identificamos raizeiros (as), benzedeiros (as), violeiros, mestres que produzem instrumentos musicais de percussão, mestre do batuque, dentre outros.

É importante realçar que para proceder ao diagnóstico foram consideradas as cidades e seus distritos, e que no decorrer da pesquisa de campo percebemos

4 A categoria “mestres/artesãos” não existe no INRC, mas foi adotada desde o Mapeamento (como “Mestres”) em razão de considerarmos a necessidade de termos essas informações disponíveis com vistas à possível elaboração de políticas públicas de patrimônio imaterial que contemplem os responsáveis pela guarda e transmissão dos saberes populares e tradicionais no estado. A definição de quem são estes mestres da cultura popular não pode, no entanto, ser realizada a priori, dependendo do aprofundamento das pesquisas de campo para sua correta identificação - por isso o complemento “artesãos” à categoria “mestres”.

5 As comunidades remanescentes de quilombos foram incluídas na categoria “lugar” em razão de considerarmos necessário o registro de informações a seu respeito e de não haver nenhum campo específico para tal nas fichas do INRC; o registro destas informações objetiva possibilitar a definição de como estas comunidades serão inseridas nas próximas etapas do Inventário.

que muitas manifestações afeitas à cultura imaterial estão também presentes nas comunidades rurais. Infelizmente não foi possível visitar todas as comunidades rurais e nem todos os distritos, o que fundamenta a nossa percepção de que esse diagnóstico não é conclusivo. Isto porque algumas categorias de bens imateriais são mais visíveis socialmente que outras, por exemplo, uma festa/celebração tem mais visibilidade num território ou município que um ofício e modo de fazer, sobretudo se ele é praticado numa comunidade rural de difícil acesso e/ou com pouca interação com os espaços urbanos municipais. Esta questão deverá ser aprofundada nas próximas etapas do Inventário, quando deverão ser ampliadas as reflexões a respeito da identidade territorial do Sítio inventariado.

AS LOCALIDADES DO SÍTIO SERRA DO CIPÓ

A formação dos povoados que deram origem aos nove municípios contemplados pela pesquisa foi, por um lado, decorrência direta do fenômeno econômico da descoberta e mineração do ouro, como são os casos de Conceição do Mato Dentro, Itambé do Mato Dentro e Morro do Pilar e, de outro, decorrência indireta do fenômeno da mineração, como são os casos de Congonhas do Norte, Dom Joaquim, Jaboticatubas, Santana do Riacho, Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto. Esses seis últimos municípios, à época da economia aurífera foram locais privilegiados ou de passagem de tropas para os centros mineradores ou serviam de abastecimento para esses centros, por meio da agricultura e pecuária. Juntamente com esses tipos de atividades econômicas praticadas na região a partir do século XVIII temos também um tipo social característico do universo do trabalho: o escravo seja ele de origem africana ou crioula⁶. Sua presença na região é manifesta ainda hoje devido à herança cultural passada e vivenciada por agentes sociais da região. Como é o caso das comunidades quilombolas, um dos símbolos de resistência/luta dos negros escravos, identificadas nos territórios municipais de Jaboticatubas e de Conceição do Mato Dentro, ou ainda nos ritos religiosos revelados nas festas preparadas em louvor aos santos de devoção, como Nossa Senhora do Rosário, ou por grupos de marujadas, ou ainda pelos sons afros, como o candombe, o batuque, entre outros.

Concomitantemente a esse legado cultural afro temos também o legado cultural europeu, manifestado principalmente nos ritos de fé católica, exemplificados pelas várias festas diagnosticadas no Sítio. Também podemos apontar a herança cultural indígena percebida nesta pesquisa através da identificação de raizeiros, conhecedores de plantas utilizadas como medicinais. Ressalte-se, no entanto, que estas distinções étnico-culturais não são estanques, lembrando que o hibridismo e o diálogo intercultural são características marcantes da cultura nacional.

6 Segundo Guimarães (2007), apontar o escravo como um tipo social característico do universo do trabalho não significa desconsiderar a importância de outros contingentes de trabalhadores como aqueles constituídos por indivíduos livres ou forros. Significa apenas que a denominada “escravidão negra” foi a forma de organização do trabalho tida como referência na dinâmica da estrutura social escravocrata.

Com o intuito de descrever cada localidade pesquisada apresentamos a seguir uma síntese de informações dos nove municípios.

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

O município de Conceição do Mato Dentro integra a Associação dos Municípios do Médio Espinhaço e localiza-se, segundo a divisão vigente no Estado, na Macrorregião de Planejamento Central e na Microrregião de Conceição do Mato Dentro. Sua extensão territorial é de 1.726,829 km² e segundo o Censo de 2010, possui uma população de 17.914 habitantes, sendo 12.274 habitantes residindo na área urbana e 5.640 habitantes na área rural.

Em Conceição do Mato Dentro, a política de cultura é gerida pela Secretaria Municipal de Cultura. O município possui Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, instituído pelo Decreto nº 054 de 2005 e legislação sobre patrimônio cultural. Já a legislação ambiental está organizada sob forma de capítulo no Plano Diretor: Capítulo VII – do Meio Ambiente.



Foto 1 -Vista parcial do município de Conceição do Mato Dentro
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Março/2011)

Os municípios limítrofes de Conceição do Mato Dentro são: Serro, Presidente Kubtschek, Datas, Gouvêa, Santana de Pirapama, Congonhas do Norte, Santana do Riacho, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Ferros, São Sebastião do Rio Preto, Dom Joaquim e Alvorada de Minas.

Além do distrito sede, o município possui mais nove distritos, sendo eles: Costa Sena, Santo Antônio do Norte (Tapera), Ouro Fino do Mato Dentro, São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo), Córregos, Itacolomi, Tabuleiro do Mato Dentro, Senhora do Socorro e Brejaúba, e várias comunidades rurais/povoados e/ou localidades, como Cachoeira da Fumaça e Baú, Capitão Felizardo, Meloso, Parauninha, Tijucal⁷. No seu território está presente também uma comunidade que está em processo de reconhecimento como remanescente de quilombo, Comunidade Quilombola Três Barras. A região de Três Barras é composta por três comunidades - Três Barras, Cubas e Buraco - que ao longo dos anos produziram identidades próprias e ao mesmo tempo identidades comuns. A identidade partilhada pelos moradores que habitam a região refere-se à história compartilhada de serem descendentes de três escravos que conseguiram fugir ao ser condenados à morte, por terem entrado numa igreja de brancos.

Os escravos fujões, assim classificados no período da escravidão, fizeram de sua nova morada a região hoje conhecida como Três Barras. Com o passar dos anos a região passou a ter três núcleos de povoamento (Três Barras, Cubas e Buraco). Embora o povoamento dessa região esteja diretamente ligado à fuga desses escravos, as três comunidades foram construindo ao longo dos anos identidades próprias, e possuem nomes distintos. Diante disso, elas vivenciam conflito de qual nome adotar durante o processo de reconhecimento como comunidade quilombola. Quem mora em Cubas considera um equívoco adotar o nome de Três Barras e quem mora na comunidade do Buraco tem a mesma opinião⁸.

O território que hoje conhecemos como Conceição do Mato Dentro foi habitado até o início do século XVIII pelos índios botocudos. Entretanto, com o avanço dos colonizadores, o território passa a ser gerido por eles. O avanço dos colonos decorreu determinado pela atividade de extração do ouro.

Em 1702, Gabriel Ponce de Leon e seus companheiros se fixam na área e as explorações do metal têm início ao oeste da atual malha urbana, no córrego do

7 Pode haver outras comunidades rurais/povoados e/ou localidades no município, mas infelizmente não conseguimos identificar todas nesta pesquisa.

8 Informação obtida com o líder da Comunidade de Cubas, Alexandre José de Assis, em 30/03/2011.

Cuiabá; ao sul, no córrego do Vintém; e ao norte, no córrego da Conceição. É a partir desses locais que o povoado se desenvolve e organiza, tendo porém como ponto central de referência e maior polarização o largo da capela erguida no próprio ano de 1702 e mais tarde ali substituída pelo edifício definitivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Infelizmente

A Matriz de Conceição obteve desde 1709 o privilégio de ser provida de vigário encomendado, embora subordinada à freguesia do Serro até 1752, quando efetivamente se tornou paróquia autônoma. Entretanto, com o declínio da atividade mineradora e a estagnação econômica do arraial, este permaneceria, na esfera político-administrativa, na condição de distrito do Serro até 1840, ano em que, após longa expectativa de seus habitantes, manifestada já desde fins do século XVIII, criou-se afinal a vila e município de Conceição. A elevação da vila à categoria de cidade se deu pela lei nº 553, de 10 de outubro de 1851, com a denominação de Conceição do Serro, nome alterado para simplesmente Conceição em 1925 e Conceição do Mato Dentro em 1943.

A estagnação econômica do arraial foi observada por Sant-Hilaire na primeira metade do século XIX. Esse viajante estrangeiro assim descreveu as condições do arraial:

Conceição pode ter cerca de duzentas casas que se alinham em duas ruas paralelas. A exceção [...] de todas as povoações até então vistas, nenhuma apresentava como essa tantos sintomas de decadência e miséria. Essa povoação jamais esteve, certamente, na altura de Inficionado e Catas Altas; no entanto, o tipo das casas prova que seus primeiros ocupantes gozavam de abundância. Nessa época o ouro retirava-se sem dificuldade dos terrenos próximos à povoação; as minas, porém, se empobreceram, e os atuais proprietários não possuem recursos para fazê-las explorar. Afastam-se sucessivamente de uma zona que não mais produz ouro e é imprópria à agricultura; o mato que cresce nas ruas de Conceição esconde quase completamente as pedras do calçamento; grande número de casas já foi abandonado, e as outras caem em ruínas. (SAINT-HILAIRE, 1830)

A quantidade de ouro produzida na região propiciaria a seus habitantes meios para construir, ao longo do século XVIII nos vários arraiais, igrejas e capelas ornamentadas, que documentariam para a posteridade a relativa riqueza econômica local à época da mineração. A importância de um povoado se media então pela imponência de seu templo principal e pela respectiva posição na hierarquia administrativa eclesiástica. Seu território viria a sofrer vários desmembramentos no correr do tempo, com a formação de novos municípios na região. Isolado dos maiores centros da província de estado, Conceição experimentou lento processo de desenvolvimento até 1930, quando

a ligação rodoviária com Belo Horizonte viria abrir outras perspectivas para o município. Os reflexos logo se fizeram sentir no comércio e na produção agropecuária, bem como no crescimento da cidade, que a partir de então começa a expandir-se em novos bairros e a equipar-se de melhores recursos urbanos.

O legado arquitetônico das Minas setecentistas está presente em várias áreas do município, como Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Capela de Santana, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Matriz de Nossa Senhora Aparecida (Córregos), Sobrado da Prefeitura e Câmara Municipal. Há também marcos edificados de outros períodos históricos, como Chafariz da Praça Dom Joaquim - Chafariz da República e o Prédio da Cadeia Velha, ambos do século XIX, e há também os edificados no século XX, como Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, Capela de São Judas Tadeu, Praça da Saudade, Praça do Cruzeiro da Força, Praça Dr. Raul Almeida Costa, Prédio da Biblioteca Pública - Antigo Cine Paroquial, Colégio Agrícola São Francisco, Colégio São Joaquim⁹.

Conceição do Mato Dentro conta também com diversos sítios arqueológicos, como Colina da Paz, Abrigo do Anjo, do Dourado, Pedra Polida e do Tabuleiro.

O município de Conceição do Mato Dentro possui expressiva riqueza biológica, devido à variedade de ecossistemas existentes na Cadeia do Espinhaço. O município abriga o Parque Natural Municipal do Ribeirão do Campo, com 3.150 hectares, conhecido como Parque do Tabuleiro, o Parque Natural Municipal Salão de Pedras, com 857,62 hectares, e também a Área de Proteção Ambiental Municipal Serra do Intendente Câmara, com 13.409 hectares, conhecida como APA da Serra do Intendente.

Os rios que cortam o território municipal são: Rio Tijuco, Rio Santo Antônio, Rio Preto, Rio Parauninha, Rio Três Barras e Rio Cubas. Além dos rios o município possui diversas cachoeiras, como Cachoeira das Três Barras, Cachoeira do Mutambo, Cachoeira do Tabuleiro, Cachoeira do Zé Cornicha e Cachoeira Rabo de Cavalo. Há igualmente várias piscinas naturais, como a Piscina da Lapa do Rio Preto, a Piscina do Ginásio, o Pocinho Azul, o Poço das Ninfas, o Poço Pari, Poço Piraquara e, além disso, o Mirante da ferrugem:

9 Dentre os bens edificados, destaquem-se aqueles já tombados pelo IPHAN (Casa e Chafariz da Praça Dom Joaquim, Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e Obras de Talha do Seminário do Bom Jesus do Matozinhos) e pelo IEPHA (Núcleo Histórico, Capela do Senhor dos Passos e Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida, no Distrito de Córregos; Igreja Matriz São Francisco de Assis, no Distrito de Costa Sena; e Igreja de Santo Antônio, no Distrito de Santo Antônio do Norte).

mirante natural, também conhecido como Mirante da Torre ou Mina da Torre, situado na Área de Proteção Ambiental Municipal da Serra do Intendente. Do mirante também podem ser apreciados a região do Parque Ribeirão do Campo e Parque Salão de Pedras.

Em Conceição do Mato Dentro foram identificados 51 bens culturais de natureza imaterial, sendo vinte celebrações, onze formas de expressão, dois lugares, seis ofícios e modos de fazer e doze mestres/artesãos, assim distribuídos, conforme Quadro 1 a seguir.

QUADRO 1- BENS IMATERIAIS IDENTIFICADOS EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

INRC SERRA DO CIPÓ - BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO		
Categoria	Distrito/Comunidade	Bem
Celebrações	Sede	Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos Festa de São Sebastião Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Carnaval Festa de Nossa Senhora da Conceição Semana Santa Queima do Judas Festa de Nossa Senhora Aparecida Festa de SantanaSão Benedito e Santa Rita Festa do Divino Festival da Cachaça
	Brejaúba	Festa do Divino Espírito Santo de Brejaúba
	Córregos	Festa de Nossa Senhora do Rosário Festa de Nossa Senhora Aparecida Festa de São Sebastião Semana Santa
	Santo Antônio do Norte (Tapera)	Festa de Nossa Senhora do Rosário
	Três Barras	Festa do Divino Espírito Santo de Cubas Festa de Nossa Senhora do Rosário
	Cemitério do Peixe	Jubileu das Almas ou Jubileu de São Miguel Arcanjo e Almas
Formas de expressão	Sede	Marujada Corporação Musical Lyra da Paz Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Band
	Córregos	Banda de Música Senhora Aparecida Guarda Romana.
	Santo Antônio do Norte (Tapera)	Corporação Musical Retreta Lyra do Santo Antônio Pastorinhas Guarda Romana ou Os Guardas Centuriões
	Três Barras	Marujada de Três Barras
	Cubas	Dança do Pilão (em memória) Dança do “Imbigo” (em memória)
Lugares	Sede	Caminhos do Bom Jesus do Matosinhos Terreiro de Filhos de Aruanda
Ofícios e modos de fazer		Produção da cachaça Produção da rapadura Artesanato em couro, em fios, em madeira e em pedra sabão

Mestres/artesãos ¹⁰	Artesãos Raizeiro Benzedeira
--------------------------------	------------------------------------

CONGONHAS DO NORTE

O município de Congonhas do Norte integra a Associação dos Municípios do Médio Espinhaço e localiza-se, segundo a divisão vigente no Estado, na Macrorregião de Planejamento Central e na Microrregião de Conceição do Mato Dentro. Sua extensão territorial é de 398,851km² e, segundo o Censo de 2010, possui uma população de 4.943 habitantes, sendo 2.598 habitantes residindo na área urbana e 2.345 habitantes na área rural.

Em Congonhas do Norte, a política de cultura é gerida pela Diretoria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente. O município possui Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, instituído pelo Decreto nº 005/99 e legislação sobre patrimônio cultural: Lei Nº 488/2001.



Foto 2 - Vista parcial do município de Congonhas do Norte
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Maio/ 2011)

¹⁰ Para a lista completa dos mestres/artesãos identificados, consultar a Ficha 1-3 no A3.1 “Anexo 3 – Bens Culturais Inventariados”.

Os municípios limítrofes de Congonhas do Norte são Conceição do Mato Dentro, Gouveia e Santana do Riacho. Além do distrito sede, o município possui várias comunidades rurais/povoados e/ou localidades, como Santa Cruz de Alves, Coqueiros, Jacuí, Extrema, Lagoa, Tombadoro, Suzana, Bom Jardim, Chafariz, Bateeiro, Canavial e Luiz Francisco.

Localizado em meio a uma paisagem dominada por vegetação de cerrado, o antigo povoado das Congonhas surgiu em princípio do século XVIII, em decorrência indireta do fenômeno econômico da descoberta e mineração do ouro, representando local de passagem e de comércio das tropas em resposta à demanda dos centros mineradores próximos. Entretanto, foi a lavoura o fator de fixação dos primeiros colonos.

Sua origem é anterior a 1722, época em que há referência documental acerca do precário estado da primeira capela de Sant'Ana das Congonhas. Um século depois, segundo o naturalista francês Saint-Hilaire, que ali esteve em 1817, a localidade ainda contava com pouco mais de 60 casas, sendo dele esta observação: "o que mantém a população dessa aldeia é a passagem das caravanas que vão de Sabará, e principalmente de Santa Luzia, ao Tijuco" (SAINT-HILAIRE, 1830).

Em 1820, a capela de Sant'Ana das Congonhas era já mencionada como uma das capelas filiais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro, pertencendo porém o distrito à Vila do Príncipe (atual cidade do Serro). Em 1836, foi o distrito suprimido, vindo a ser restaurado, posteriormente, em 1857, com subordinação ao município de Conceição do Mato Dentro. Em fins do século XIX, pouco ou quase nada se desenvolvera o distrito de Congonhas, constituindo a pequena lavoura e a pecuária, como ainda hoje, as atividades econômicas predominantes da população local. A criação do município autônomo ocorreu em 1962.

Os rios que cortam o território municipal são o Rio das Pedras e o Ribeirão Congonhas. Congonhas do Norte possui cachoeiras, como a cachoeira da Barragem e a cachoeira Capão Redondo. Há no município três sítios arqueológicos com pinturas rupestres, grutas, artefatos do período neolítico e pedra lascada. Segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó esses sítios precisam ainda ser verificados, isto é, estudados.

Em Congonhas do Norte foram identificados 27 bens culturais de natureza imaterial, sendo sete celebrações, oito formas de expressão e doze mestres/artesãos, conforme discriminado no Quadro 2 a seguir¹¹.

11 Destaque-se a existência de um bem edificado tombado pelo IEPHA na cidade, a Igreja Matriz de Sant'Ana.

Quadro 2- Bens imateriais identificados em Congonhas do Norte

INRC SERRA DO CIPÓ - BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL		
CONGONHAS DO NORTE		
Categoria	Distrito/Comunidade	Bem
Celebrações	Sede	Festa de Santana Semana Santa
	Santa Cruz de Alves	Festa do Rosário ou Festa de Alves Festa de São Sebastião Festa de São José Semana Santa
	Jacuí	Festa dos Santos Reis
Formas de expressão	Sede	Corporação Musical Lira de Santana de Congonhas do Norte Folia de Dete Moura Bloco Carnavalesco Banda Mole
	Santa Cruz de Alves	Folia de São José Folia do Divino Folia de São Sebastião Marujada de Alves Folia de Reis de Santa Cruz de Alves.
Mestres/artesãos ¹²		Artesãos

DOM JOAQUIM

O município de Dom Joaquim integra a Associação dos Municípios do Médio Espinhaço e localiza-se, segundo a divisão vigente no Estado, na Macrorregião de Planejamento Central e na Microrregião de Conceição do Mato Dentro. Sua extensão territorial é de 398,821 km² e segundo o Censo de 2010, possui uma população de 4.535 habitantes, sendo 2.922 habitantes residindo na área urbana e 1.613 habitantes na área rural.

Em Dom Joaquim, a política de cultura é gerida pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura. O município possui Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – Capítulo II da Lei nº 856/2008, legislação sobre patrimônio cultural: Lei Nº 856/2008 e Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural – Lei Municipal nº 886/200. O município não possui legislação sobre o meio ambiente. Entretanto, as questões ambientais serão tratadas no Plano

¹² Para a lista completa dos mestres/artesãos identificados, consultar a Ficha 1-3 A3.2 “Anexo 3 – Bens Culturais Inventariados”.

Diretor do Município que está em processo de elaboração, com o apoio da empresa AngloAmerican.

Os municípios limítrofes de Dom Joaquim são Sabinópolis, Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Carmésia, Serro e Senhora do Porto. Além do distrito sede, o município possui o distrito de Gororós e várias comunidades rurais/povoados e/ou localidades, como São José da Ilha, São João, Serra¹³.



Foto 3 - Vista do distrito de Gororós, Dom Joaquim
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Abril/2011)

O local onde se encontra Dom Joaquim servia de rota para comerciantes que vendiam sal, açúcar e tecidos para as cidades de Ouro Preto, Mariana, Sabará, Conceição do Mato Dentro, Serro e Diamantina. Na segunda metade do século XVIII, o português Domingos Barbosa de Carvalho apossou-se de uma sesmaria, próxima ao Rio do Peixe, onde erigiu uma capela dedicada a São Domingos e ao redor da qual se formou o arraial de São Domingos do Rio do Peixe.

¹³ Pode haver outras comunidades rurais/povoados e/ou localidades no município, mas infelizmente não conseguimos identificar todas nesta pesquisa.



Foto 4 - Rio do Peixe, município de Dom Joaquim
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Abril/2011)

Anos depois, em 1818, ressentia-se o arraial de falta de água, e como se achava localizado no alto de uma colina, acordaram os moradores em mudá-la para o ponto em que se acha hoje a cidade. O novo patrimônio onde se ergueu o segundo arraial foi doado por João Lopes de Albuquerque. O distrito foi elevado a freguesia por lei em 5 de outubro de 1870. Em 1920 o Arraial passou à categoria de distrito, pertencente ainda a Conceição do Serro (atualmente Conceição do Mato Dentro), com o nome de Arraial de São Domingos.

Após diversos abaixo-assinados do então Arraial São Domingos e região, a 17 de dezembro de 1938 emancipa-se e eleva-se à categoria de cidade, com território desmembrado de Conceição do Mato Dentro. O nome adotado para a nova cidade, Dom Joaquim, foi uma homenagem ao primeiro Arcebispo da Arquidiocese de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza. Nessa época Dom Joaquim era composto de quatro distritos: ex-São Domingos do Rio do Peixe, Viamão (em 31 de dezembro de 1943 passou-se a chamar Carmésia), Senhora do Porto (desmembrado do município de Guanhães) e Gororós (atualmente o único distrito do município).

Em Dom Joaquim foram identificados 52 bens culturais de natureza imaterial, sendo nove celebrações, cinco formas de expressão, dois lugares, sete ofícios e modos de fazer e vinte nove mestres/artesãos, conforme identificado no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3- Bens imateriais identificados em Dom Joaquim

INRC SERRA DO CIPÓ - BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMMATERIAL DOM JOAQUIM		
Categoria	Distrito/Comunidade	Bem
Celebrações	Sede	Festa de São Domingos Carnaval Dom Folia Cavalgada do Jubileu Encontro de Cavaleiros de Dom Joaquim Semana Santa ao Vivo Festa de São Sebastião Festa de Santa Cruz
	Gororós	Festa de Santana
	São José da Ilha	Festa de São José
Formas de expressão	Sede	Encenação da Morte e Ressurreição de Cristo Boi Caracu e Boneca Zabelê Bloco Carnavalesco Piô di Cobra
	Gororós	Caboclinho Marujada do Córrego do Ribeirão de Trás
Lugares	Sede	Chafariz da Caiana Capelinha do Alto do Cruzeiro ou Igreja do Padre Bento
Ofícios e modos de fazer		Produção da rapadura Artesanatos em taquaraçu, em fibras, em fios, em madeira, em pedras sabão e pomes e em tapeçaria.
Mestres/artesãos ¹⁴		Artesãos Benzedeiros

¹⁴ Para a lista completa dos mestres/artesãos identificados, consultar a Ficha 1-3 no A3.3 “Anexo 3 – Bens Culturais Inventariados”.

ITAMBÉ DO MATO DENTRO

O município de Itambé do Mato Dentro localiza-se, segundo a divisão vigente no Estado, na Macrorregião de Planejamento Central e na Microrregião de Conceição do Mato Dentro. Sua extensão territorial é de 380,340 km² e segundo o Censo de 2010 possui uma população de 2.283 habitantes, sendo 908 habitantes residindo na área urbana e 1.375 habitantes na área rural.

Em Itambé do Mato Dentro, a política de cultura é gerida pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Meio Ambiente, Esporte e Lazer. O município possui Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – Artigo 11 da Lei nº 436/2002 e legislação sobre patrimônio cultural: Lei Nº 436/2002. Itambé do Mato Dentro não possui legislação sobre meio ambiente.

Os municípios limítrofes de Itambé do Mato Dentro são Morro do Pilar, Jaboticatubas, Itabira, Santa Maria de Itabira, Passabem, São Sebastião do Rio Preto e Santana do Riacho.

Além do distrito sede, o município possui várias comunidades rurais/povoados e/ou localidades, como Ribeirão da Serra do Bonito, Baltazar, Bicuíba, São José de Vazes, Santana do Rio Preto, Ipiranga, Vargem, Mumbuca, Barreira, Vieira¹⁵.

O atual município de Itambé do Mato Dentro originou-se de um povoado fundado pelo sertanista Romão Gramacho, em fins do século XVII. Nossa Senhora da Oliveira do Itambé foi o primeiro nome dado ao povoado que, inicialmente, se formou devido à exploração de ouro às margens e no leito do rio Preto. Esse tipo de atividade econômica propiciou o crescimento do povoado ao longo do leito do rio supracitado.

¹⁵ Pode haver outras comunidades rurais/povoados e/ou localidades no município, mas infelizmente não conseguimos identificar todas nesta pesquisa.

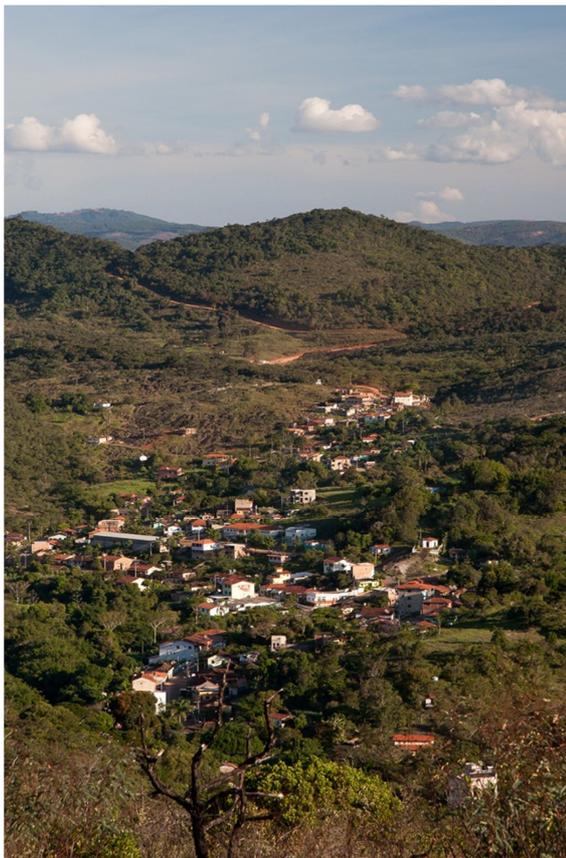


Foto 5 - Vista parcial do Município de Itambé do Mato Dentro
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Março/2011)

No início do século XIX Sant-Hilaire esteve na localidade e sobre ela fez o seguinte relato:

A povoação de Itambé, sucursal da paróquia de Conceição, está situada em local encantador, à margem de um regato que tem o mesmo nome que ela, e corre em um largo valão. Alguns morros estendem-se, por um declive branco, acima do casario, e são em parte cobertos de matas e em parte revestidos de relva entremeada de rochedos. Para além desses morros erguem-se montanhas em que a princípio não percebi mais que uma erva amarelada, no meio da qual se mostravam rochedos esparsos. Essas montanhas, situadas a uma légua de Itambé, para a parte de oeste, têm o nome de Itacolumi ou Sete Pecados Mortais, por causa de seus sete cumes: achavam-se, há poucos anos, cobertos de matas; mas, em consequência de uma seca prolongada, ficaram estas reduzidas a cinza por um incêndio que durou um mês.

As margens e o leito do rio de Itambé foram antigamente explorados por mineradores, e ao ouro que ali encontraram deve-se provavelmente a origem da povoação. A insignificância dos resultados, porém, fez abandonar essa espécie de trabalho. A agricultura não podia tomar-lhe o lugar, pelo menos, nos arredores; pois são de extrema esterilidade, e, excetuando pequeno número de bananeiras e laranjeiras, plantadas próximo às casas, não se vê, em torno de Itambé, nenhum vestígio de cultura. A povoação está numa situação de

decadência de que nenhuma outra apresenta igual imagem, e não se compõe sinão de uma igreja e cerca de cem casas que, todas, caem em ruínas. [...]

Para ir de Itambé a Vila do Príncipe, segui a estrada real que vai de Vila Rica a Tijuco; mas, apesar do nome pomposo que tem, essa estrada, muito menos freqüentada que a de Rio de Janeiro a Vila Rica não é, em certos lugares, mais que uma picada tão estreita, que às vezes se tem dificuldade de seguir-lhe o traçado". (Saint-Hilaire, 1830)

Itambé do Mato Dentro já foi sucursal da paróquia de Conceição; freguesia de Conceição de 1841 a 1846; distrito de Conceição a partir de 1850; em 1851 passou a ser distrito de Morro do Pilar; já em 1943, o distrito passou a pertencer ao município de Santa Maria de Itabira, com o nome de Itacuru; em 1953, a denominação Itambé foi restabelecida e em 1962 Itambé passou a ser município com a denominação de Itambé do Mato Dentro, com território desmembrado de Santa Maria do Itabira.

O município de Itambé do Mato Dentro abriga 7,3% da área total do Parque Nacional da Serra do Cipó. O município possui ainda uma unidade de conservação municipal - APA Itacuru - implantada em 2001.

Os rios que cortam o território municipal são rio Preto do Itambé, rio do Peixe e rio do Tanque.

Itambé do Mato Dentro possui expressiva riqueza hidrográfica. Dentre elas podemos citar: cachoeira do Lúcio, a 1 km da sede; a Cachoeira da Vitória, com 70 metros de queda, a 3 km da cidade, a Cachoeira da Maçã e a Cachoeira do Encantado (ou Intancado), nas proximidades da localidade de Santana do Rio Preto (Cabeça de Boi), a 13 km da cidade; a Cachoeira da Serenata, composta por um conjunto de três quedas, distante a 8 km da sede e a Cachoeira do Funil, com suas piscinas naturais, a 6 km da cidade. As águas de Itambé do Mato Dentro também constituem praias fluviais, entre as quais se destacam a Praia do Achó e a Praia da Areia. Há também na região dois sítios arqueológicos: Serra dos Veados e Serra dos Milagres.

No distrito sede há a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Oliveiras, a Igreja do Rosário e a Capela de Nossa Senhora Aparecida.

Em Itambé do Mato Dentro foram identificados 38 bens culturais de natureza imaterial, sendo vinte uma celebrações, duas formas de expressão, cinco ofícios e modos de fazer e dez mestres/artesãos, conforme indicado no Quadro 4 abaixo.

QUADRO 4 – BENS IMATERIAIS IDENTIFICADOS EM ITAMBÉ DO MATO DENTRO

INRC SERRA DO CIPÓ - BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL		
ITAMBÉ DO MATO DENTRO		
Categoria	Distrito/Comunidade	Bem
Celebrações	Sede	Festa da Padroeira Nossa Senhora das Oliveiras, do Divino e do Sagrado Coração de Jesus (Festa de Agosto) Semana Santa Festival das Montanhas Itambé Folia Festa de Nossa Senhora do Rosário Festa de Nossa Senhora Aparecida Festa de Nossa Senhora das Graças Festa de Santa Luzia Festa de Nossa Senhora de Fátima Queima do Judas
	Santana do Rio Preto (Cabeça de Boi)	Festa de Santana Festa de São Sebastião Festa do Divino Espírito Santo Festa Junina – Quadrilha
	São José de Vazes	Festa de São José de Vazes
	Mumbuca/Valadares	Festa de Nossa Senhora da Conceição
	Pimenta	Festa de São Expedito
	Vieira	Festa de São Miguel Arcanjo
	Ribeirão do Bonito	Festa de Santa Terezinha
	Ribeirão do Quebra	Festa de Santa Luzia
	Baltazar	Festa de Nossa Senhora Aparecida
Formas de expressão	São José de Vazes	Marujada Nossa Senhora do Rosário Dança da Fita.
Ofícios e modos de fazer		Produção da Cachaça Produção da Rapadura Artesanato em fibras, em palha e em taquaraçu
Mestres/artesãos ¹⁶		Artesãos Benzedeiros Violeiro

¹⁶ Para a lista completa dos mestres/artesãos identificados, consultar a Ficha 1-3 no A3.4 “Anexo 3 – Bens Culturais Inventariados”.

JABOTICATUBAS

O município de Jaboticatubas integra a Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Rio das Velhas e localiza-se, segundo a divisão vigente no Estado, na Microrregião de Planejamento Central e na Microrregião de Sete Lagoas. Sua extensão territorial é de 1.114,155 km² e pertence à Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo o Censo de 2010, Jaboticatubas tem 17.119 habitantes, sendo 10.741 habitantes residindo na área urbana e 6.378 habitantes na área rural.

Em Jaboticatubas, a política de cultura é gerida pela Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Turismo Padre Messias (JABOTUR). O município não possui Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Cultural, mas possui Conselho Municipal de Cultura instituído pela Lei Nº 1.502 de 1997. Jaboticatubas possui legislação sobre patrimônio cultural: Lei Nº 1.644/2000 e legislação sobre meio ambiente: Lei Nº 1.860/2005.

Os municípios limítrofes de Jaboticatubas são Santana do Riacho, Baldim, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa, Taquaraçu de Minas, Nova União, Itabira e Itambé do Mato Dentro.

Além do distrito sede, o município possui o distrito de São José do Almeida e várias comunidades rurais/povoados e/ou localidades, como São Sebastião do Campinho, Capão do Paiol, Capão Alto João da Costa, Capão Grosso, Barreiro, Capão Clemente, Bamburral, Estreito, Boa Vista, Santo Antônio da Palma, Joana, Vargem Grande, Bom Jardim, São José da Serra e Filipe. No seu território estão presentes também quatro comunidades remanescentes de quilombos: Açude Cipó, Mato do Tição, Xiru e João Congo.



Foto 6 - Vista parcial da comunidade quilombola Mato do Tição, Jaboticatubas.
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Março/2011)

A história do surgimento e do povoamento da atual cidade de Jaboticatubas está relacionada com a atuação de Félix Costa, eremita, na Comarca do Rio das Velhas, com o surgimento de fazendas de gado na região e também com a fé católica materializada em capelas e igrejas, tornando-se não apenas cenários para ofícios religiosos, mas o centro da vida social e local.

Felix Costa, ao estabelecer-se na Comarca do Rio das Velhas, fundou a Ermida de Nossa Senhora da Conceição das Macaúbas, hoje localizada no município de Santa Luzia, e estendeu suas posses pelos terrenos adjacentes, inclusive no Vale do Jaboticatubas. Antes de falecer, legou esses domínios à Ermida. Quando faleceu, em 1737, partes de suas terras foram vendidas pela comunidade do Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas. As terras situadas no Vale do Jaboticatubas foram compradas por Antônio Ferreira da Costa, sobrinho de Felix. Outros foram adquirindo terrenos pelas imediações e constituindo as fazendas de Taquaraçu, Bamburral, dos Costas, Ribeirão, entre outras.

De todos os fazendeiros que atuaram na região, historicamente sobressai o nome do terceiro proprietário da fazenda do Ribeirão, Manoel Gomes da Mota. Ele teve a iniciativa de erigir, em 1753, uma capela dedicada à Imaculada Conceição, onde aos poucos foi se formando um povoado, núcleo atual da cidade de Jaboticatubas. Com a morte de Manuel Gomes da Mota, a fazenda do Ribeirão passou às mãos de Antônio Raposo de Oliveira, quando foi criado o Curato do Ribeirão do Raposo, em 1841.

O Curato foi elevado à condição de freguesia em 1858, como nome de Nossa Senhora da Conceição de Jaboticatubas, sob a jurisdição da Paróquia de Taquaraçu de Cima, pertencendo a Caeté.

A freguesia foi desmembrada de Caeté em 1878 e passou a Distrito do Ribeirão de Jaboticatubas, jurisdicionado a Santa Luzia. Enfim, no ano de 1938, já com o território desmembrado de Santa Luzia, o Município de Jaboticatubas foi criado, compreendendo os distritos da Sede, Baldim e Riacho Fundo (atual cidade de Santana do Riacho), os dois últimos emancipados em 1948 e 1962, respectivamente.

A denominação “Jaboticatubas” provém do nome do rio que banha a localidade, o qual, por sua vez, foi assim designado em virtude da abundância de pés de jaboticatubas.

O município de Jaboticatubas abriga 65,6% da área total do Parque Nacional da Serra do Cipó. Os rios que cortam o território municipal são o Rio Vermelho, o Rio Das Velhas, o Rio Jaboticatubas, o Rio Cipó, o Rio Bocaina e o Rio Mascates.

Os marcos edificados da cidade que merecem menção são a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a Capela Nossa Senhora das Dores e a Fazenda Cipó Velho – esta última, datada aproximadamente do século XVIII, foi tombada pela municipalidade, possui senzalas e uma capela datada de 1829, tendo constituído-se como ponto de parada dos tropeiros que iam de Sabará para o Serro.

Em Jaboticatubas foram identificados 102 bens culturais de natureza imaterial, sendo trinta e oito celebrações, vinte formas de expressão, cinco lugares, cinco ofícios e modos de fazer e trinta e quatro mestres/artesãos, conforme pode ser observado no Quadro 5 abaixo.

QUADRO 5- BENS IMATERIAIS IDENTIFICADOS EM JABOTICATUBAS

INRC SERRA DO CIPÓ - BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMMATERIAL JABOTICATUBAS		
Categoria	Distrito/Comunidade	Bem
Celebrações	Sede	Encomendações das Almas (Bairro Santo Antônio) Festa de Nossa Senhora da Conceição Semana Santa Carnaval Encontro de Folia de Reis de Jaboticatubas Forró de Jabó Exposição agropecuária de Jabó Festa de Setembro Queima de Judas ou Bando de Judas
	Mato do Tição	Festa de São João do Mato do Tição Encomendações das Almas de Mato do Tição Folia de Reis do Mato do Tição Festa de Santa Cruz Festa de São Benedito Festa do Bando ou Queima do Judas
	São José da Serra	Encomendações das Almas de São José da Serra Folia de Reis de São José da Serra Festa de Nossa Senhora Aparecida Festa de São José Festa de Santa Luzia
	Capão Grosso	Encomendações das Almas de Capão Grosso Festa da Colheita e São Geraldo
	São Sebastião do Campinho	Encomendações das Almas de São Sebastião do Campinho Festa de São Sebastião, Santana e Divino Espírito Santo
	Fazenda Velha Serra do Cipó	Encomendação das Almas da Fazenda Velha Serra do Cipó
	Vargem Grande	Festa do Divino Espírito Santo e do Sagrado Coração

		de Maria
	São José do Almeida	Festa de São José
	Mato Barreiro	Festa de Nossa Senhora Aparecida
	Joana	Festa do Pequi
	Barreiro	Romaria de Nossa Senhora da Piedade
	Currallinho	Festa de Santa Rita
	Bamburrall	Festa de Nossa Senhora das Graças
	Felipe	Festa de São José
	Boa Vista	Festa de Santa Terezinha
	Teixeiras	Festa de Santo Antônio
	Casa de Telhas	Festa da Sagrada Família
	Lapa	Festa de São Vicente Festa de Nossa Senhora Aparecida
Categoria	Distrito/Comunidade	Bem
Formas de expressão	Sede	Banda de Música Nossa Senhora do Rosário Bloco Carnavalesco Pede Passagem Bloco Carnavalesco Arrasta Massa Bloco Carnavalesco Coxinha Bloco Carnavalesco Do Boi Capoeira Raça de Minas Encenações da Semana Santa
	São José do Almeida	Corporação Musical Lira Santa Cecília
	Açude Cipó	Candombe do Açude
	Mato do Tição	Reinado de Nossa Senhora do Rosário do Mato do Tição Bloco Carnavalesco Quimatic Grupo de Folia de Reis de Mato do Tição Candombe do Mato do Tição
	Capão Grosso	Grupo de Folia de Reis de Capão Grosso
	Casa de Telhas	Grupo de Folia de Reis Casa de Telha
	São José da Serra	Grupo de Folia de Reis de São José da Serra Candombe de São José da Serra
	São Sebastião do Campinho	Grupo de Folia de Reis de São Sebastião do Campinho
	Capão Clemente	Grupo de Folia de Reis de Capão Clemente
	Capão do Pio	Grupo de Folia de Reis Capão do Pio
Lugares		Comunidade Quilombola Mato do Tição Comunidade Quilombola Açude Cipó Comunidade Quilombola Xiru Comunidade Quilombola João Congo
	Mato do Tição	Terreiro de Umbanda Quimbanda Aruanda
Ofícios e modos de fazer		Produção da cachaça Produção da rapadura Produção de Cartucho de Amêndoas

		Artesanato em fios e em madeira
Mestres/artesãos ¹⁷		Artesãos Raizeiro Benzedeiros Quatro mestres que produzem instrumentos musicais de percussão ¹⁸

MORRO DO PILAR

O município de Morro do Pilar localiza-se, segundo a divisão vigente no Estado, na Macrorregião de Planejamento Central e na Microrregião de Conceição do Mato Dentro. Sua extensão territorial é de 477,548 km² e, segundo o Censo de 2010, possui uma população de 3.399 habitantes, sendo 2.581 habitantes residindo na área urbana e 818 habitantes na área rural.

Em Morro do Pilar, a política de cultura é gerida pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. O município possui Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – Capítulo II da Lei nº 476/2006 e legislação sobre patrimônio cultural: Lei Nº 476/2006. Morro do Pilar não possui legislação sobre meio ambiente.



Foto 7 - Vista parcial do município de Morro do Pilar
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Maio/2011)

¹⁷ Para a lista completa dos mestres/artesãos identificados, consultar a Ficha 1-3 no A3.5 “Anexo 3 – Bens Culturais Inventariados”.

¹⁸ As quatro pessoas que produzem os instrumentos moram na Comunidade Quilombola Mato do Tição.

Os municípios limítrofes de Morro do Pilar são Conceição do Mato Dentro, Santana do Riacho, Itambé do Mato Dentro, São Sebastião do Rio Preto e Santo Antônio do Rio Abaixo.

Além do distrito sede, o município possui várias comunidades rurais/povoados e/ou localidades, como Areias, Carioca, Colônia, Lapinha, Ponte do Cimento, Tijucal, Facadinho¹⁹.

Denominada Morro de Gaspar Soares, foi a atual cidade de Morro do Pilar fundada em cerca de 1700 por bandeirantes paulistas chefiados por Antônio Soares, sendo o antigo topônimo alusivo a um seu parente e sucessor. Formada a povoação, em função da exploração de ouro, erigiu-se a primitiva capelinha sob a invocação de Nossa Senhora do Pilar, mais tarde substituída por um segundo templo que recebeu a benção por provisão de 1789.

A mineração do ouro, fator de origem e desenvolvimento do arraial, já estaria praticamente abandonada em princípio do século XIX, não mais prevalecendo como exploração regular e de significado econômico. Quando ali esteve em 1817, registrava Saint-Hilaire o estado de decadência da localidade, assinalando, porém ser abundante a ocorrência local do minério de ferro. Em razão disso, desde 1809 fora ali instalado um estabelecimento de fundição desse metal – a “Real Fábrica de Ferro” - sob administração do intendente dos diamantes Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá. A pioneira fábrica funcionou, em regime de produção mais ou menos regular, de 1814 a cerca de 1830, época em que encerrou as suas atividades. A foto a seguir retrata o monumento construído para homenagear o Intendente Câmara, Manoel da Câmara Bittencourt e Sá.

¹⁹ Podem haver outras comunidades rurais/povoados e/ou localidades no município, mas infelizmente não conseguimos identificar todas nesta pesquisa.



Foto 8- Monumento Intendente Câmara, localizado dentro da área urbana, no Bairro Paredão.
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Maio/2011)

A impressão recolhida pelo viajante Saint-Hilaire, por ocasião de sua passagem por Morro do Pilar, oferece uma imagem desse primeiro núcleo siderúrgico de Minas no início do século XIX:

(...) a povoação de Morro de Gaspar Soares, não se avistam sinão imensas campinas de capim gordura com algumas ilhotas de bosque. Por essas pastagens vêem-se, de um lado, alguns palmeiras andaiás, cujas folhas largas se agitam a menor aragem. Esse distrito não apresenta o menor vestígio de lavagens, e, pelo que me disseram, foi outrora cultivado, a aparição, porém, do capim gordura decidiu os proprietários a procurar alhures matas ainda por destruir. (...)

A povoação do Morro de Gaspar Soares, situada a cerca de cinco léguas de Itambé, não é mais que uma sucursal da paróquia da Conceição, e deve o nome ao gerente de uma das mais antigas jazidas que foram exploradas no país. Quis-se fazê-lo denominar Morro de Nossa Senhora do Pilar, por que sua igreja foi edificada sob a invocação dessa Santa; o nome mais antigo, todavia, sempre prevaleceu.

A povoação deve a origem, provavelmente, a importantes lavagens outrora existentes, atualmente abandonadas. Se bem que se encontre ainda atualmente ouro no leito do Rio Preto e na crosta dos morros, esse metal não é objeto de uma exploração regular e constante.(...)

A povoação de Gaspar Soares compõe-se de pequeno número de casas que, como as de tantos outros povoados, só anunciam decadência. Quase nenhuma tem criação, e a terra vermelha, que serviu para construí-las, mostra-se por toda a parte.

Após a emancipação do Brasil [equivoco do viajante. A instalação e o funcionamento da fábrica ocorrem entre a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, 1808, e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves. A Independência acontece efetivamente no ano de 1822] o intendente dos diamantes Manoel Ferreira da Camara Bethancourt e Sá escolheu o Morro de Gaspar Soares para ali estabelecer fornos em que se fundisse o ferro necessário à exploração dos diamantes. Pode-se lastimar, sem dúvida, que Gaspar Soares não esteja mais aproximado de Tijuco, cabeça do Distrito Diamantífero, em que o intendente residia; pode-se deplorar ainda que a água seja tão pouco abundante nesse local, mas, pelo menos, deve-se reconhecer, o ferro existe ali em prodigiosa Para dar maior desenvolvimento à fundição, dizem os srs. Spix e Martius, Da Camara, amigo de grandes empreendimentos, concebeu o projeto de reunir o Rio Santo Antonio ao Rio Doce, afim de poder expedir por água o ferro de Gaspar Soares, e receber em troca, pela mesma via, sal e mercadorias estrangeiras. Foi esse projeto que contribuiu principalmente para decidir o intendente dos Diamantes a estabelecer a fundição regia em Gaspar Soares.(...)

Até começos de 1818, o ferro fundido no Morro de Gaspar Soares era enviado a Tijuco, excetuando certas quantidades pouco consideráveis, cedidas aos homens empregados nas forjas e cujo valor era descontado dos salários. Tentara-se fazer o transporte sobre carretas tirado as juntas de bois; em seguida, porém, só se empregaram bestas de carga. O ferro chegava em barras ao distrito Diamantífero; confeccionavam-se nos diversos serviços as quantidades necessárias e vendia-se o resto". (SAINT-HILAIRE, 1830)

Cabe destacar que o período de atividade da fundição foi extremamente curto. Todavia, houve um longo período de construção anterior à fundição, que estabeleceu nova dinâmica ao município. Além disso, há o valor histórico-simbólico de ali nascer o embrião da siderurgia brasileira, fato que infelizmente não é apropriado pelo poder público local e poucos morrenses e também mineiros conhecem tal fato histórico.

Em 1818, Morro do Pilar eleva-se a distrito, com o nome de Morro do Gaspar Soares e emancipa-se em 12 de dezembro de 1953, com o nome de Morro do Pilar.

O município de Morro do Pilar abriga 18,8% da área total do Parque Nacional da Serra do Cipó. Os rios que cortam o território municipal são o Rio Picão, o Rio Preto e o Rio do Peixe.

Morro do Pilar possui diversas cachoeiras, como Cachoeira da Fumaça, localizada aproximadamente a 10 Km da sede do município; cachoeira da Pedra, localizada a 10km da sede do município; cachoeira do Pica-Pau, localizada a 3 Km da sede, cachoeira do Tombo, localiza-se na região da Lapinha, a 12 Km da sede; cachoeira dos Herculanos, localizada a 5 Km da

sede; cachoeira Lajeado, localizado a 2 Km da sede do município. Há também o Pico do Cruzeiro e a Serra do Cachimbo, localizados dentro da APA Municipal do Rio Picão. Além da APA Municipal do Rio Picão, o município possui uma floresta, denominada de Floresta Municipal do Rio Picão.

Os marcos edificados que merecem menção são a Igreja do Canga; o Monumento Intendente Câmara, localizado dentro da área urbana, no Bairro Paredão; e a Minas do Hogó, localizadas a 1 km da sede do município -local onde foi explorado ouro por Gaspar Soares de 1704 a 1743, num total de 18 minas, com grandes corredores internos.

Em Morro do Pilar foram identificados 31 bens culturais de natureza imaterial, sendo sete celebrações, cinco formas de expressão, três ofícios e modos de fazer e dezesseis mestres/artesãos, conforme discriminado no Quadro 6 a seguir.

QUADRO 6 – BENS IMATERIAIS IDENTIFICADOS EM MORRO DO PILAR

INRC SERRA DO CIPÓ - BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMMATERIAL MORRO DO PILAR		
Categoria	Distrito/Comunidade	Bem
Celebrações	Sede	Festa de Agosto Festa de Nossa Senhora do Pilar Semana Santa Carnaval Forró do Morro Cavalgada Festa Junina
Formas de expressão	Sede	Banda de Música Lira Nossa Senhora do Pilar Coral Nossa Senhora do Pilar Marujada Nossa Senhora do Rosário Catopé José Maria Encenação da Paixão de Cristo
Ofícios e modos de fazer		Artesanato em palha de taquaraçu, em palha de indaiá e em fios
Mestres/artesãos ²⁰		Artesãos

²⁰ Para a lista completa dos mestres/artesãos identificados, consultar a Ficha 1-3 no A3.6 “Anexo 3 – Bens Culturais Inventariados”.

SANTANA DO RIACHO

O município de Santana do Riacho integra a Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Rio das Velhas e localiza-se, segundo a divisão vigente no Estado, na Microrregião de Planejamento Central e na Microrregião de Sete Lagoas. Sua extensão territorial é de 677,206 km² e segundo o Censo de 2010 possui uma população de 4.023 habitantes, sendo 2.279 habitantes residindo na área urbana e 1.744 habitantes na área rural.

Em Santana do Riacho, a política de cultura é gerida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. O município possui Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, que no entanto está desarticulado desde 2008; possui legislação sobre patrimônio cultural: Lei Nº 392/2006 e legislação sobre meio ambiente: Lei Nº 437/2007.

Os municípios limítrofes de Santana do Riacho são Congonhas do Norte, Santana de Pirapama, Jaboticatubas, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Conceição do Mato Dentro e Baldim.

Além do distrito sede, o município possui o distrito de Serra do Cipó, antigo Cardeal Mota, e várias comunidades rurais/povoados e/ou localidades, como Lapinha da Serra, Mangabeiras/Caveira, Curral Queimado, Fundo do Saco, Varginha, Cana do Reino, Alto do Galho Grande, Barreiro, Melo, Ana Dias, Usina Pacífico Mascarenhas, Tendas, Vau da Lagoa, Lages, Capão do Boa Vista²¹.

21 Pode haver outras comunidades rurais/povoados e/ou localidades no município, mas infelizmente não conseguimos identificar todas nesta pesquisa.



Foto 9 - Vista parcial do povoado da Lapinha da Serra, Santana do Riacho.
Fotos: Ricardo S. Gonçalves (Abril/2011)

O povoamento e o surgimento da atual cidade de Santana do Riacho iniciaram-se na fazenda Riacho Fundo, pertencente ao sargento-mor Antônio Ferreira de Aguiar e Sá. Ali levantou o fazendeiro uma capela em honra a Nossa Senhora de Santana em 1759, ao lado da qual foi se desenvolvendo um pequeno arraial, vindo posteriormente denominar-se Distrito de Riacho Fundo, pertencente à freguesia de Conceição do Mato Dentro, Comarca do Serro.

Em 1836 suprimiu o Distrito de Riacho Fundo, incorporando-o ao território de Morro do Pilar. Após muitas reivindicações locais, em 15 de abril de 1844, Riacho Fundo voltou a ser Distrito, entretanto, não mais de Morro do Pilar e sim do Município de Conceição do Mato Dentro. Mais tarde, em 1911, após muitos atritos políticos, criações e revogações de inúmeras Leis, o Distrito de Riacho Fundo passou a pertencer ao Município de Santa Luzia. Em 17 de Dezembro de 1938, ao ser criado o Município de Jaboticatubas, o Distrito de Riacho Fundo, composto pela Sede do Distrito e suas inúmeras localidades, foi anexado ao novo Município.

Durante 203 anos, desde a construção da Capela local em 1759, o Distrito Riacho Fundo permaneceu sem identidade territorial, sem autonomia, à margem das decisões políticas dos Municípios a que pertencia, sofrendo as dificuldades de um isolamento geográfico. Finalmente, em 1962, o Distrito de Riacho Fundo foi desmembrado do Município de Jaboticatubas e elevado a Município de Santana do Riacho.

O município de Santana do Riacho abriga 8,3% da área total do Parque Nacional da Serra do Cipó. Os rios que cortam o território municipal são o Rio Cipó e o Rio Parauninha. O município possui diversas cachoeiras, como da Bicame ou Bicano; do Lageado; do Soberbo; da Conversa; do Jurutu; do Rapel e

do Paraíso e o Pico da Lapinha ou Pico do Cruzeiro, um dos mais altos da região da Serra do Cipó, com 1.687m.

No município está situado o Sítio Arqueológico da Lapinha ou Lapa do Cascalho, localizado na margem oposta da Lagoa da Lapinha. É Composto por sete camadas estratigráficas, no solo, cada uma com uma idade cronológica diferente. As várias camadas mostram vestígios de civilizações diferentes que viveram no local há mais de 10.000 anos, como carvão produzido por fogueiras, esqueletos humanos e de outros animais, instrumentos utilizados para a sobrevivência, bem como as pinturas rupestres. Um dado interessante é que as pinturas rupestres não foram feitas através de extratos vegetais e sim a partir de óxidos e hidróxidos de manganês e ferro, ambos presentes na região da Serra do Cipó. Além desses, foram também utilizados como pigmento para as pinturas rupestres os fragmentos de ninho de cupim e fragmentos de grafita que possibilitam diferentes tons de cores, entre os quais estão o creme, o amarelo claro, o amarelo escuro, a mostarda, a laranja, o rosa, o vermelho claro, o vermelho escuro, o vermelho vinho, o marrom e o preto.

Em Santana do Riacho foram identificados 59 bens culturais de natureza imaterial, sendo dezessete celebrações, três formas de expressão e trinta e nove mestres/artesãos, conforme pode ser percebido adiante no Quadro 7 abaixo.

QUADRO 7- BENS IMATERIAIS IDENTIFICADOS EM SANTANA DO RIACHO

INRC SERRA DO CIPÓ - BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMMATERIAL		
SANTANA DO RIACHO		
Categoria	Distrito/Comunidade	Bem
Celebrações	Sede	Festa de Nossa Senhora de Santana Festa do Rosário Festa do Divino Semana Santa.
	Serra do Cipó (Cardeal Mota)	Festa de Santa Terezinha Cipó Junino
	Mangabeiras/Caveira	Festa de Santo Antônio Festa de Santa Luzia
	Lapinha da Serra	Festa de São Sebastião Festa de São Pedro Festa de Nossa Senhora Aparecida Festa Julina
	Cana do Reino	Festa de São Judas Tadeu
	Curral Queimado	Festa de Nossa Senhora da Rosa Mística Semana Santa
	Varginha	Festa de Nossa Senhora Aparecida

Formas de expressão	Sede	Corporação Musical Senhora Santana (em memória) Bloco Carnavalesco Vai Quem Quer
	Lapinha da Serra	Batuque da Lapinha
	Mangabeiras/ Caveira	Marujada de Nossa Senhora do Rosário
Mestres/artesãos ²²		Artesãos Raizeiros Benzedeiros Mestre do batuque

SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO

O município de Santo Antônio do Rio Abaixo localiza-se, segundo a divisão vigente no Estado, na Macrorregião de Planejamento Central e na Microrregião de Conceição do Mato Dentro. Sua extensão territorial é de 107,269 km² e, segundo o Censo de 2010, possui uma população de 1.777 habitantes, sendo 888 habitantes residindo na área urbana e 889 habitantes na área rural.

Em Santo Antônio do Rio Abaixo, a política de cultura é gerida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. O município possui Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – Capítulo II da Lei nº 401/2007, legislação sobre patrimônio cultural: Lei Nº 401/2007 e legislação sobre meio ambiente: Lei Nº 161/89.

²² Para a lista completa dos mestres/artesãos identificados, consultar a Ficha 1-3 no A3.7 “Anexo 3 – Bens Culturais Inventariados”.

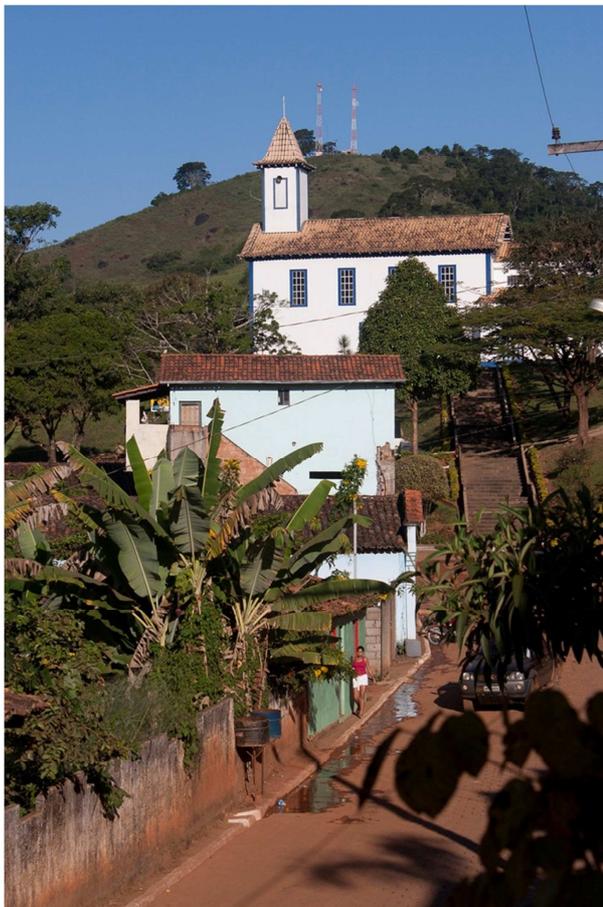


Foto 10 - Vista parcial do município de Santo Antônio do Rio Abaixo
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Maio/2011)

Os municípios limítrofes de Santo Antônio do Rio Abaixo são Conceição do Mato Dentro, São Sebastião do Rio Preto e Morro do Pilar.

Além do distrito sede, o município possui várias comunidades rurais/povoados e/ou localidades, como Rio do Peixe, Picada, Maracujá, Cedro, Jardim, Quilombo, Barra dos Menezes, Capela Velha, Morro Grande, Paraguai, Tabuleiro, Engenho Velho²³.

O município de Santo Antônio do Rio Abaixo surgiu a partir da fazenda Morro Grande. Nesse local, por determinação do fazendeiro, erigiu-se uma capela em 1787 em honra a Santo Antônio e no entorno desse edifício as habitações foram construídas. Em 1875, o povoado torna-se distrito de Conceição do

23 Pode haver outras comunidades rurais/povoados e/ou localidades no município, mas infelizmente não conseguimos identificar todas nesta pesquisa.

Mato Dentro com o nome de Santo Antônio do Rio Abaixo. Em 1962, o distrito emancipou e em 1º de março de 1963 o município foi instalado.

O rio que corta o território municipal de Santo Antônio do Rio Abaixo é o rio Santo Antônio. No município há várias cachoeiras, como a cachoeira do Bahia, cachoeira do Chuvisco, cachoeira dos Cristais e um balneário denominado de Benedito Martins Leite, popularmente chamado de Paia ou Prainha. O balneário fica localizado na área urbana do município.



Foto 11- Rio Santo Antonio no município de Santo Antônio do Rio Abaixo
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Maio/ 2011)

Em Santo Antônio do Rio Abaixo foram identificados 10 bens culturais de natureza imaterial, conforme identificado no Quadro 8 a seguir.

QUADRO 8- BENS IMATERIAIS IDENTIFICADOS EM SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO

INRC SERRA DO CIPÓ - BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMMATERIAL		
SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO		
Categoria	Distrito/Comunidade	Bem
Celebrações	Sede	Festa de Santo Antônio Festa de Nossa Senhora Aparecida Semana Santa Carnaval Cavalgada
Formas de expressão	Sede	Encenação da Sexta-feira da Paixão
Ofícios e modos de fazer		Produção da rapadura Preparo e trançamento da palha de taquaraçu

Mestres/artesãos ²⁴		Mestre na produção da rapadura Mestre no preparo e trançamento da palha de taquaraçu
--------------------------------	--	---

SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

O município de São Sebastião do Rio Preto localiza-se, segundo a divisão vigente no Estado, na Macrorregião de Planejamento Central e na Microrregião de Conceição do Mato Dentro. Sua extensão territorial é de 128,002 km² e segundo o Censo de 2010 possui uma população de 1.613 habitantes, sendo 876 habitantes residindo na área urbana e 737 habitantes na área rural.

Em São Sebastião do Rio Preto, a política de cultura é gerida pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. O município possui Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, Lei n 434/2005. São Sebastião do Rio Preto possui legislação sobre patrimônio cultural. Entretanto, a atual Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esporte não conseguiu localizar a legislação para oferecer à equipe uma cópia da mesma.



Foto 12 - Vista parcial do município de São Sebastião do Rio Preto
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Maio/2011).

²⁴ Para a lista completa dos mestres/artesãos identificados, consultar a Ficha 1-3 no A3.8 “Anexo 3 – Bens Culturais Inventariados”.

Os municípios limítrofes de São Sebastião do Rio Preto são Passabem, Santo Antônio do Rio Abaixo, Conceição do Mato Dentro, Itambé do Mato Dentro, Ferros e Morro do Pilar.

Além do distrito sede, o município possui algumas comunidades rurais/povoados e/ou localidades, como Vila Bom Jesus, Banqueta, Cauís²⁵.

O município de São Sebastião do Rio Preto surgiu a partir da propriedade do fazendeiro João da Silva Maia. Por volta de 1814, esse fazendeiro construiu em sua propriedade um cemitério e uma capela dedicada a São Sebastião e foi no entorno dessas duas construções que o povoado se formou, recebendo o nome de Cachoeira Alegre. Em 1840, passou a ser distrito com o nome de São Sebastião do Cemitério. Em 1962, o território emancipou-se de Conceição do Mato Dentro, tendo como nome oficial São Sebastião do Rio Preto.

O município possui Área de Proteção Ambiental denominada APA São Sebastião do Rio Preto. A APA apresenta áreas de Mata Atlântica, Cerrado e Campo de Altitude. No município há várias cachoeiras, como a Cachoeira Alegre, Cachoeira do Chuvisco, localizada na divisa dos municípios de São Sebastião do Rio Preto e Santo Antônio do Rio Abaixo. Além da riqueza hidrográfica há diversas espécies de animais que habitam a APA, como a onça pintada, a onça preta, a jaguatirica e o trinca-ferro. Há também uma diversidade de macacos, como saguis, pregos e outros. O rio que o corta o território municipal é o rio Preto.



25 Podem haver outras comunidades rurais/povoados e/ou localidades no município, mas infelizmente não conseguimos identificar todas nesta pesquisa.

Foto 13 - Rio Preto, no município de São Sebastião do Rio Preto
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Maio/2011)

Em São Sebastião do Rio Preto foram identificados 12 bens imateriais, sendo sete celebrações, uma forma de expressão, um lugar, um ofício e modo de fazer e dois mestres/artesãos, conforme Quadro 9 abaixo.

QUADRO 9- BENS IMATERIAIS IDENTIFICADOS EM SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

INRC SERRA DO CIPÓ - BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMMATERIAL		
SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO		
Categoria	Distrito/Comunidade	Bem
Celebrações	Sede	Semana Santa Festa de Setembro Festa de São Sebastião Festa de Nossa Senhora Aparecida Seresta
	Vila Bom Jesus	Jubileu do Bom Jesus do Matozinhos
	Banqueta	Festa de Nossa Senhora Aparecida
Formas de expressão	Sede	Marujada Nossa Senhora do Rosário de São Sebastião do Rio Preto
Lugares	Cauís	Altar João Moleque
Ofícios e modos de fazer		Artesanato em fibras
Mestres/artesãos ²⁶		Artesãos

²⁶ Para a lista completa dos mestres/artesãos identificados, consultar a Ficha 1-3 no A3.9 “Anexo 3 – Bens Culturais Inventariados”.

PERFIL POPULACIONAL E SOCIOECONÔMICO DAS LOCALIDADES PESQUISADAS

Os municípios do Sítio Serra do Cipó, embora possuam especificidades histórica e física (área), possuem também muita semelhanças entre eles: demográficas, sociais e afluência de território urbano e rural. Todos eles apresentam forte predominância do estilo de vida rural/interiorano. Aqui entendemos por estilo de vida rural/interiorano um modo de vida marcado pelos contatos pessoais, íntimos e de familiaridade que expressam a ausência do anonimato²⁷.

Em relação ao aspecto físico (área), há municípios com áreas bastante reduzidas, como é o caso de Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto, com áreas de 107,269 e 128,002 km², respectivamente, e municípios com grandes áreas, como Conceição do Mato Dentro e Jaboticatubas, com 1.726,829 e 1.114,155 km², respectivamente. A área não é o único e nem o mais importante fator na explicação da densidade demográfica desses municípios, uma vez que esta tem relação mais forte com o processo de urbanização. Por exemplo, a capital mineira, Belo Horizonte, tem área de 331,400 km² e densidade demográfica de 7.167,02. Jaboticatubas, por outro lado, tem 15,38 habitantes por km² e área de 1.114,155 km². Como pode ser observado no Quadro 10 a seguir, todos os municípios do Sítio Serra do Cipó têm baixa densidade demográfica.

QUADRO 10 – DISTÂNCIA DA CAPITAL, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE NOVE MUNICÍPIOS DO SÍTIO SERRA DO CIPÓ E DE BELO HORIZONTE

Município	Distância da capital (km)	Área (km ²)	Densidade demográfica 2010
Belo Horizonte	0	331,400	7.167,02
Conceição do Mato Dentro	154	1.726,829	10,37
Congonhas do Norte	301	398,851	12,39
Dom Joaquim	210	398,821	11,37
Itambé do Mato Dentro	144	380,340	6,00
Jaboticatubas	63	1.114,155	15,38
Morro do Pilar	164	477,548	7,12
Santana do Riacho	93	677,206	5,94
Santo Antônio do Rio Abaixo	190	107,269	16,57
São Sebastião do Rio Preto	167	128,002	12,60

Fonte: IBGE, 2010.

27 SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org). O fenômeno urbano. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1987. p. 11-25.

Os dados de população do último Censo Demográfico (2010), demonstrados na Tabela 1 a seguir, apontam que os nove municípios contemplados pela pesquisa: “Serra do Cipó – identificação de bens culturais de natureza imaterial” têm baixa concentração populacional. Conceição do Mato Dentro e Jaboticatubas são os únicos municípios com população superior a 10 mil e menos de 20 mil habitantes. Em seguida vem Congonhas do Norte, Dom Joaquim e Santana do Riacho, com mais de 4 mil e menos que 5 mil habitantes. Depois Morro do Pilar, com 3.399 habitantes, seguido de Itambé do Mato Dentro, com 2.283 habitantes. Depois temos dois municípios, Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto, com população inferior a 2 mil habitantes.

Entre os nove municípios alvo desta pesquisa, todos apresentaram crescimento da população urbana, com destaque de Jaboticatubas que possuía em 1991 39,40% de sua população na área urbana e em 2010 62,74%, assim como Congonhas do Norte, que tinha em 1991 27% e em 2010 passa a ter 52,60% de população urbana. Em relação à população rural observa-se a tendência oposta, uma vez que todos os municípios pesquisados apresentaram perdas, excetuando Itambé do Mato Dentro e Santo Antônio do Rio Abaixo, únicos municípios que ainda detém 50% ou mais de população rural, mas ao mesmo tempo não deixaram de perdê-la no decorrer das duas últimas décadas.

Em relação à taxa de crescimento populacional entre os anos de 2000 a 2010, Jaboticatubas se destaca com taxa de 20,96%. Dois municípios chamam a atenção por suas taxas negativas de crescimento: Itambé do Mato Dentro, com - 13,09%, e São Sebastião do Rio Preto, com - 10,08%.

TABELA 1- CONTAGEM DA POPULAÇÃO DOS NOVE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS PELA PESQUISA: “SERRA DO CIPÓ – IDENTIFICAÇÃO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL, 1991, 2000 E 2010

Município	CONTAGEM DA POPULAÇÃO									Taxa de crescimento populacional entre 2000 a 2010
	1991			2000			2010			
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio		
		Urbana	Rural		Urbana	Rural		Urbana	Rural	
Conceição do Mato Dentro	18.721 (100%)	9.104 (48,62%)	9.617 (51,38%)	18.637 (100%)	10.636 (57,07%)	8.001 (42,93%)	17.914 (100%)	12.274 (68,52%)	5.640 (31,48)	(-) 4,03%
Congonhas do Norte	4.533 (100%)	1.229 (27%)	3.304 (73%)	4.897 (100%)	2.225 (45,43%)	2.672 (54,57%)	4.943 (100%)	2.598 (52,60%)	2.345 (47,40%)	(+) 1,01%
Dom Joaquim	4.960 (100%)	2.416 (48,71%)	2.544 (51,29%)	4.698 (100%)	2.715 (57,79%)	1.983 (42,21%)	4.535 (100%)	2.922 (64,43%)	1.613 (35,57%)	(-) 3,59%
Itambé do Mato Dentro	2.755 (100%)	451 (16,37%)	2.304 (83,63%)	2.582 (100%)	756 (29,28%)	1.826 (70,72%)	2.283 (100%)	908 (39,77%)	1.375 (60,23%)	(-) 13,09%
Jaboticatubas	12.716 (100%)	5.009 (39,40%)	7.707 (60,60%)	13.530 (100%)	7.116 (52,60%)	6.414 (47,40%)	17.119 (100%)	10.741 (62,74%)	6.378 (37,26%)	(+) 20,96%
Morro do Pilar	3.873 (100%)	2.228 (57,52%)	1.645 (42,48%)	3.735 (100%)	2.565 (68,67%)	1.170 (31,33%)	3.399 (100%)	2.581 (75,93%)	818 (24,07%)	(-) 9,88%
Santana do Riacho	3.404 (100%)	1.184 (34,78%)	2.220 (65,22%)	3.739 (100%)	1.728 (46,21%)	2.011 (53,79%)	4.023 (100%)	2.279 (56,65%)	1.744 (43,35%)	(+) 7,05%
Santo Antônio do Rio Abaixo	2.101 (100%)	610 (29,03%)	1.491 (70,97%)	1.823 (100%)	750 (41,14%)	1.073 (58,86%)	1.777 (100%)	888 (49,97%)	889 (50,03%)	(-) 2,58%
São Sebastião do Rio Preto	2.116 (100%)	648 (30,62%)	1.468 (69,38)	1.779 (100%)	590 (33,16%)	1.189 (66,84%)	1.613 (100%)	876 (54,21%)	737 (45,79%)	(-) 10,08%
Total dos 9 municípios	55.179 (100%)	22.879 (41,47%)	32.300 (58,53%)	55.420 (100%)	29.081 (52,48%)	26.339 (47,52%)	57.613 (100%)	36.071 (62,60)	21.542 (37,40%)	(+) 3,80%

Fonte: IBGE – Contagem da População 1991, 2000 e 2010. Dados trabalhados por Andréia Ribeiro.

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003, apresentados na Tabela 2 a seguir, a mortalidade até um ano de idade, ou seja, o número de crianças que não sobreviveram ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas entre os anos de 1991 a 2000 teve queda em todos os nove municípios alvo da pesquisa. Entretanto, as quedas menos significativas ocorreram nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Itambé do Mato Dentro e Santana do Riacho. Já em Morro do Pilar e São Sebastião do Rio Preto a queda da mortalidade nessa faixa etária foi bem expressiva. Em ambos verificou-se queda de 42,43% entre os anos de 1991 a 2000.

Tabela 2 - Número de crianças que não irão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas e probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos por 1000 crianças nascidas vivas – Área de estudo, 1991 e 2000

Município	MORTALIDADE INFANTIL, 1991 E 2000			
	Mortalidade até um ano de idade, 1991	Mortalidade até um ano de idade, 2000	Mortalidade até cinco anos de idade, 1991	Mortalidade até cinco anos de idade, 2000
Conceição do Mato Dentro	36,67	36,01	57,87	39,39
Congonhas do Norte	38,89	36,01	61,30	39,39
Dom Joaquim	52,24	49,82	81,68	54,42
Itambé do Mato Dentro	36,67	36,01	57,87	39,39
Jaboticatubas	41,54	31,17	65,36	34,10
Morro do Pilar	62,20	35,81	96,68	39,17
Santana do Riacho	44,03	43,60	68,29	47,65
Santo Antônio do Rio Abaixo	43,24	35,81	67,97	39,17
São Sebastião do Rio Preto	62,20	35,81	96,68	39,17

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003 sobre acesso a serviços básicos – água encanada, banheiro, energia elétrica e serviços de coleta de lixo – são apresentados na Tabela 3 abaixo. De acordo com os dados expostos, verificou-se que em todos os municípios as percentagens de pessoas com acesso a serviços básicos entre os anos de 1991 a 2000 apresentam taxas positivas de crescimento. Contudo, Congonhas do Norte é o município que apresenta as menores percentagens de pessoas com acesso em todas as variáveis contempladas na Tabela 3.

TABELA 3- ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS: ÁGUA ENCANADA, BANHEIRO, ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇO DE COLETA DE LIXO
 – ÁREA DE ESTUDO, 1991 E 2000

Município	ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS							
	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 1991	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada, 2000	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 1991	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 1991	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000	Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 1991	Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 2000
Conceição do Mato Dentro	43,56	61,45	38,02	57,82	50,03	80,39	18,69	57,95
Congonhas do Norte	25,10	47,87	22,04	38,07	26,04	70,55	0,80	24,33
Dom Joaquim	40,82	64,05	33,23	56,84	43,35	75,05	12,46	40,17
Itambé do Mato Dentro	29,09	58,05	26,75	52,04	38,10	78,73	12,07	74,11
Jaboticatubas	59,77	80,32	55,52	74,38	77,20	92,34	24,10	73,89
Morro do Pilar	46,48	74,90	46,14	74,46	55,12	87,90	3,38	24,55
Santana do Riacho	49,75	71,61	35,53	64,56	55,95	92,91	6,78	71,91
Santo Antônio do Rio Abaixo	40,49	73,80	33,50	71,24	47,01	91,08	7,47	76,44
São Sebastião do Rio Preto	51,88	74,70	39,32	68,22	56,88	88,44	10,44	49,21

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi publicado pela primeira vez na década de 1990. O objetivo da elaboração do IDH é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. O IDH é construído tendo por base três indicadores: o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, a longevidade e a educação. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. O IDH tem a seguinte classificação: IDH até 0,5 Baixo Desenvolvimento; entre 0,5 e 0,8 Médio Desenvolvimento e acima de 0,8 Alto Desenvolvimento.

A seguir apresentamos e analisamos o Índice de Desenvolvimento Humano dos nove municípios contemplados pela pesquisa “Serra do Cipó: identificação de bens culturais de natureza imaterial”.

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de todos os municípios apresentados na Tabela 4 a seguir, cresceram. O IDH-M de Conceição do Mato Dentro cresceu 12,75%, passando de 0,596 em 1991 para 0,672 em 2000; o de Congonhas do Norte cresceu 14,51%, passando de 0,572 em 1991 para 0,655 em 2000; já o de Dom Joaquim cresceu 13,79%, passando de 0,573 em 1991 para 0,652 em 2000; em Itambé do Mato Dentro o crescimento foi de 17,63%, passando de 0,573 em 1991 para 0,674 em 2000; o de Jaboticatubas cresceu 15,85%, passando de 0,631 em 1991 para 0,731 em 2000; o município de Morro do Pilar teve crescimento de 25,60%, passando de 0,543 em 1991 para 0,682 em 2000; o de Santana do Riacho cresceu 15,91%, passando de 0,591 em 1991 para 0,685 em 2000; o de Santo Antônio do Rio Abaixo cresceu 18,10%, passando de 0,591 em 1991 para 0,698 em 2000 e, por fim, o de Sebastião do Rio Preto cresceu 33,71%, passando de 0,528 em 1991 para 0,706 em 2000.

Segundo a classificação do PNUD, os nove municípios estão entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Classificação que perdura desde 1991, ou seja, entre o período 1991-2000,

os nove municípios permanecem no nível de médio desenvolvimento humano.

Em relação aos outros municípios do Estado, Dom Joaquim apresenta uma situação ruim: ocupa a 739ª posição, sendo que 738 municípios (86,5%) estão em situação melhor e 114 municípios (13,5%) estão em situação pior ou igual. Congonhas do Norte também apresenta uma situação ruim: ocupa a 729ª posição, sendo que 728 municípios (85,3%) estão em situação melhor e 124 municípios (14,7%) estão em situação pior ou igual. Conceição do Mato Dentro apresenta igualmente uma situação ruim: ocupa a 665ª posição, sendo que 664 municípios (77,8%) estão em situação melhor e 188 municípios (22,2%) estão em situação pior ou igual. Itambé do Mato Dentro também apresenta uma situação ruim: ocupa a 655ª posição, sendo que 654 municípios (76,7%) estão em situação melhor e 198 municípios (23,3%) estão em situação pior ou igual. Morro do Pilar do mesmo modo apresenta uma situação ruim: ocupa a 626ª posição, sendo que 625 municípios (73,3%) estão em situação melhor e 227 municípios (26,7%) estão em situação pior ou igual. Santana do Riacho igualmente apresenta uma situação ruim: ocupa a 607ª posição, sendo que 606 municípios (71,0%) estão em situação melhor e 246 municípios (29,0%) estão em situação pior ou igual. Já Jaboticatubas apresenta uma situação intermediária: ocupa a 412ª posição, sendo que 411 municípios (48,2%) estão em situação melhor e 441 municípios (51,8%) estão em situação pior ou igual; assim como São Sebastião do Rio Preto que também apresenta uma situação intermediária: ocupa a 516ª posição, sendo que 515 municípios (60,4%) estão em situação melhor e 337 municípios (39,6%) estão em situação pior ou igual e Santo Antônio do Rio Abaixo que igualmente apresenta uma situação intermediária: ocupa a 551ª posição, sendo que 550 municípios (64,5%) estão em situação melhor e 302 municípios (35,5%) estão em situação pior ou igual²⁸.

28 PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

TABELA 4 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – ÁREA DE ESTUDO, 1991 E 2000

Município	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 1991/2000							
	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação, 1991	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação, 2000	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- Longevidade, 1991	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- Longevidade, 2000	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- Renda, 1991	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- Renda, 2000
Conceição do Mato Dentro	0,596	0,672	0,601	0,744	0,676	0,712	0,511	0,559
Congonhas do Norte	0,572	0,655	0,585	0,707	0,664	0,712	0,468	0,545
Dom Joaquim	0,573	0,652	0,622	0,737	0,601	0,651	0,496	0,567
Itambé do Mato Dentro	0,573	0,674	0,546	0,755	0,676	0,712	0,496	0,556
Jaboticatubas	0,631	0,731	0,673	0,812	0,651	0,737	0,568	0,644
Morro do Pilar	0,543	0,682	0,547	0,719	0,559	0,713	0,523	0,614
Santana do Riacho	0,591	0,685	0,627	0,773	0,641	0,677	0,504	0,606
Santo Antônio do Rio Abaixo	0,591	0,698	0,648	0,783	0,642	0,713	0,484	0,599
São Sebastião do Rio Preto	0,528	0,706	0,610	0,810	0,559	0,713	0,414	0,596

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Segundo Sérgio Vieira, o índice de incidência da pobreza fornece uma ideia da extensão da pobreza. Este indicador representa a proporção da população em condição de pobreza; é o quociente do número de pobres pelo número de pessoas da comunidade em questão. (VIEIRA, s/d)

Já a medida subjetiva de pobreza, segundo o IBGE, é derivada da opinião dos entrevistados, e calculada levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida. Segundo especialistas, a percepção de bem-estar de um indivíduo sofre influência de acordo com sua posição em relação aos demais indivíduos de um determinado grupo de referência.

Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o índice de Geni mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

De acordo com os dados do IBGE 2003 sobre pobreza e desigualdade como pode ser verificado na Tabela 5 a seguir, Congonhas do Norte apresenta o maior índice de incidência da pobreza 60,80% e também o maior índice de incidência da pobreza subjetiva 62,41%. Os municípios que apresentam os menores índices de incidência da pobreza são: São Sebastião do Rio Preto, com 31,39%, Jaboticatubas, com 31,47% e Itambé do Mato Dentro, com 31,87%. Já o município com o menor índice de incidência da pobreza subjetiva é Jaboticatubas, com 32,34%. O município com o maior grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita é Morro do Pilar e o que tem o menor grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita é São Sebastião do Rio Preto.

TABELA 5 – POBREZA E DESIGUALDADE – ÁREA DE ESTUDO, 2003

Município	POBREZA E DESIGUALDADE, 2003		
	Incidência da pobreza (%)	Incidência da pobreza subjetiva (%)	Índice de Geni
Conceição do Mato Dentro	57,56	57,72	0,47
Congonhas do Norte	60,80	62,41	0,46
Dom Joaquim	58,06	57,80	0,46
Itambé do Mato Dentro	31,87	37,00	0,36
Jaboticatubas	31,47	32,34	0,42
Morro do Pilar	59,47	57,76	0,54
Santana do Riacho	42,79	44,52	0,39
Santo Antônio do Rio Abaixo	36,22	40,14	0,40
São Sebastião do Rio Preto	31,39	34,76	0,33

Fonte: IBGE, 2003

De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE 2006 todos os municípios alvo da pesquisa possuem estabelecimento agropecuário, como pode ser verificado na Tabela 6 a seguir. Conceição do Mato Dentro é o município com o maior número de estabelecimento agropecuário tendo 1.236 unidades ocupando uma área de 46.630 hectares. Santo Antônio do Rio Abaixo é o município com o menor número de estabelecimento agropecuário tendo 87 unidades numa área de 4.242 hectares. Outro dado revelado pela Tabela 5 é a concentração dos estabelecimentos agropecuários pelo produtor masculino. Em Jaboticatubas, por exemplo, 771 estabelecimentos agropecuários são de produtores masculinos e 51 são de produtoras femininas. Essa tendência é constatada em todos os outros oito municípios.

TABELA 6 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA – ÁREA DE ESTUDO, 2006

Município	ESTRUTURA FUNDIÁRIA – NÚMERO E ÁREA DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS					
	Condição do produtor - Total - Masculino e Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	Condição do produtor - Total - Masculino - Número de estabelecimentos agropecuários	Condição do produtor - Total - Feminino - Número de estabelecimentos agropecuários	Condição do produtor - Total - Masculino e Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários	Condição do produtor - Total - Masculino - Área dos estabelecimentos agropecuários	Condição do produtor - Total - Feminino - Área dos estabelecimentos agropecuários
Conceição do Mato Dentro	1.236 unidades	1.019 unidades	217 unidades	46.630 hectares	43.427 hectares	3.204 hectares
Congonhas do Norte	514 unidades	429 unidades	85 unidades	12.624 hectares	11.739 hectares	885 hectares
Dom Joaquim	197 unidades	180 unidades	17 unidades	7.910 hectares	7.611 hectares	300 hectares
Itambé do Mato Dentro	285 unidades	228 unidades	57 unidades	11.438 hectares	10.800 hectares	638 hectares
Jaboticatubas	822 unidades	771 unidades	51 unidades	36.717 hectares	34.685 hectares	2.031 hectares
Morro do Pilar	121 unidades	117 unidades	4 unidades	7.162 hectares	7.160 hectares	2 hectares
Santana do Riacho	195 unidades	166 unidades	29 unidades	14.869 hectares	14.360 hectares	509 hectares
Santo Antônio do Rio Abaixo	87 unidades	77 unidades	10 unidades	4.242 hectares	4.097 hectares	145 hectares
São Sebastião do Rio Preto	130 unidades	116 unidades	14 unidades	3.262 hectares	2.867 hectares	396 hectares

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

De acordo com os dados do IBGE 2009 sobre rede escolar e matrícula apresentados na Tabela 7 a seguir, verifica-se que o número de estabelecimento de ensino fundamental sobressai, em todas as cidades, ao compararmos com o número dos outros dois tipos de estabelecimento de ensino: pré-escola e médio. Em Conceição do Mato Dentro, por exemplo, há 29 escolas de ensino fundamental, com 3.701 matrículas e apenas 2 escolas de ensino médio, com 839 matrículas. Constata-se, portanto, que a oferta de estabelecimento de ensino médio não acompanha o processo de escolarização e demanda da população que conclui o ensino fundamental. Esse desequilíbrio de ofertas entre ensino fundamental, pré-escola e ensino médio é verificado em todos os outros oito municípios.

TABELA 7 – ENSINO: NÚMERO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO E MATRÍCULA – ÁREA DE ESTUDO, 2009

Município	ENSINO – REDE ESCOLAR E MATRÍCULA 2009					
	Escolas – Ensino pré-escolar	Matrícula – Ensino pré-escolar	Escolas – Ensino fundamental	Matrícula – Ensino fundamental	Escolas – Ensino médio	Matrícula – Ensino médio
Conceição do Mato Dentro	6	241	29	3.701	2	839
Congonhas do Norte	2	101	7	1.080	1	259
Dom Joaquim	6	161	9	929	2	191
Itambé do Mato Dentro	1	33	7	362	1	138
Jaboticatubas	4	314	13	3.110	2	725
Morro do Pilar	1	74	3	659	1	125
Santana do Riacho	4	99	4	721	2	145
Santo Antônio do Rio Abaixo	1	68	2	352	1	127
São Sebastião do Rio Preto	1	36	4	299	1	68
Total dos 9 municípios						

Fonte: IBGE 2009.

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003, o percentual de analfabetismo entre crianças, adolescentes, jovens e adultos em relação aos dados de 2000 teve uma melhoria significativa ao compararmos com os dados de 1991, principalmente entre as faixas etárias de 7 a 14 anos e 15 a 17 anos, seguidos dos jovens e adultos. Mas esses percentuais estão longe de um nível desejável para uma nação que almeja diminuir suas desigualdades sociais profundas. Outro aspecto que a Tabela 8 abaixo, mostra é que embora o percentual de jovens/adultos de 25 anos ou mais analfabetos tenha diminuído entre 1991 a 2000 essa faixa etária ainda concentra o maior índice percentual de analfabetos em todas as nove cidades de acordo com os dados de 2000.

TABELA 8 – PERCENTUAL DE ANALFABETISMO ENTRE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS – ÁREA DE ESTUDO, 1991 E 2000

Município	PERCENTUAL DE ANALFABETISMO ENTRE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS 1991/2000							
	Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas, 1991	Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas, 2000	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetos, 1991	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetos, 2000	Percentual de jovens de 18 a 24 anos analfabetos, 1991	Percentual de jovens de 18 a 24 anos analfabetos, 2000	Percentual de jovens/adultos de 25 ou mais analfabetos, 1991	Percentual de jovens/adultos de 25 ou mais analfabetos, 2000
Conceição do Mato Dentro	32,35	10,60	13,31	5,09	21,08	7,88	39,94	29,82
Congonhas do Norte	30,64	11,32	13,17	6,01	17,62	7,54	44,91	34,58
Dom Joaquim	23,00	12,49	11,22	3,27	17,29	7,47	41,28	32,43
Itambé do Mato Dentro	36,41	8,55	15,35	2,06	21,80	4,31	49,75	29,98
Jaboticatubas	31,87	8,10	8,91	2,76	10,00	4,64	33,75	18,86
Morro do Pilar	37,41	12,98	19,49	3,36	20,42	7,80	49,72	34,65
Santana do Riacho	24,75	6,39	10,68	1,83	11,34	4,03	36,58	26,08
Santo Antônio do Rio Abaixo	21,37	7,38	9,50	2,55	9,80	3,91	34,64	24,85
São Sebastião do Rio Preto	26,01	6,23	9,27	1,64	10,90	2,73	40,11	17,99

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

Já o percentual de crianças com acesso e frequentando o ensino fundamental teve aumento em 2000 em todas as nove cidades, como pode ser verificado na Tabela 9 a seguir, com destaque de Itambé do Mato Dentro, Jaboticatubas, Santo Antônio do Rio Abaixo e São Sebastião do Rio Preto todas com índice de mais de 90%. Entretanto, o percentual de adolescentes com acesso e frequentando o ensino médio em 2000 é bem baixo em todas as cidades, embora possamos perceber igualmente que houve aumento de acesso e frequência entre o período de 1991-2000, mas em nenhuma cidade o aumento atingiu a casa dos 50%. Para essa faixa etária, podemos aferir três possíveis aspectos que contribuem para percentagens tão pequenas: o primeiro pode estar relacionado com a defasagem escolar no ensino fundamental, o outro a evasão escolar, que é preponderante nessa faixa etária e, por fim, podemos apontar a baixa oferta de estabelecimento de ensino médio nas nove cidades pesquisadas, como pode ser constatado na Tabela 7 apresentada anteriormente.

TABELA 9- PERCENTUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM ACESSO E FREQUÊNCIA AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO – ÁREA DE ESTUDO, 1991 E 2000

Município	PERCENTUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM ACESSO E FREQUÊNCIA AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO 1991/2000							
	crianças de 7 a 14 anos com acesso ao ensino fundamental, 1991 ²⁹	crianças de 7 a 14 anos com acesso ao ensino fundamental, 2000	crianças de 7 a 14 anos freqüentando o ensino fundamental, 1991 ³⁰	crianças de 7 a 14 anos freqüentando o ensino fundamental, 2000	adolescentes de 15 a 18 anos com acesso ao ensino médio, 1991 ³¹	adolescentes de 15 a 18 anos com acesso ao ensino médio, 2000	adolescentes de 15 a 18 anos que estão freqüentando o ensino médio, 1991 ³²	adolescentes de 15 a 18 anos que estão freqüentando o ensino médio, 2000
Conceição do Mato Dentro	70,69	87,63	70,69	86,27	5,72	15,27	5,71	14,60
Congonhas do Norte	73,30	87,02	73,28	85,51	1,23	15,06	1,17	14,96
Dom Joaquim	79,39	88,19	79,36	87,31	4,92	24,08	4,84	23,93
Itambé do Mato Dentro	67,41	91,73	67,36	91,34	3,69	18,66	3,00	18,44
Jaboticatubas	78,20	92,68	78,20	91,77	4,80	20,33	4,35	19,78

29 Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando o ensino fundamental ou já o concluíram. Neste último caso têm 8 anos completos de estudo e podem estar freqüentando ou não outro nível de ensino.

30 Percentual de crianças nessa faixa etária que estão freqüentando o ensino fundamental ou cursos não seriados equivalentes como o supletivo do ensino fundamental. Não inclui classe de alfabetização.

31 Percentual de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando o ensino médio ou já o concluíram. Neste último caso têm 11 anos de estudo completos e podem estar freqüentando ou não outro nível de ensino.

32 Percentual de adolescentes nessa faixa etária que estão freqüentando o ensino médio seriado ou cursos seriados equivalentes como o supletivo.

Morro do Pilar	68,98	85,28	68,94	84,39	5,45	27,21	5,31	27,03
Santana do Riacho	70,47	88,10	70,44	87,96	3,54	23,57	3,45	23,37
Santo Antônio do Rio Abaixo	76,19	92,62	76,03	92,15	6,67	27,79	6,35	27,47
São Sebastião do Rio Preto	68,75	93,27	68,24	92,78	6,55	30,02	6,06	29,61

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

De acordo com os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003 apresentados na Tabela 10 a seguir, o percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola em 2000 atingiu o índice de 90% ou mais em todos os municípios. Esse índice corrobora com a afirmação da expansão quantitativa da educação básica no Brasil. Mas ainda há crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Os dados de 2000 apontam que Conceição do Mato Dentro é o município com o maior índice de crianças fora da escola (9,47%), seguido de Dom Joaquim com 8,80%. O município com o menor índice de crianças fora da escola é o de Jaboticatubas com 3,77%. Já o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos na escola no período 1991-2000 teve aumento em todas as cidades, com destaque de Itambé do Mato Dentro que possuía em 1991 24,88% de adolescentes de 15 a 17 anos na escola e em 2000 70,89%, assim como São Sebastião do Rio Preto que possuía em 1991 32,10% e em 2000 80% de adolescentes de 15 a 17 anos na escola. Em relação aos adolescentes fora da escola observou-se queda acentuada dos índices no período 1991-2000. Mas ao comparar os índices de 2000 dessa faixa etária que está fora da escola com os das crianças de 7 a 14 anos fora da escola em 2000, percebemos que os índices dos adolescentes ainda permanecem altos. Em Congonhas do Norte, por exemplo, o percentual de crianças fora da escola em 2000 é de 7,15% e o de adolescentes em 2000 é de 31,95%, assim com em Jaboticatubas que possui em 2000 3,77% de crianças fora da escola e 29,11% de adolescentes fora da escola em 2000. Essa disparidade é verificada em todas as outras cidades.

TABELA 10 – PERCENTUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA E FORA DA ESCOLA – ÁREA DE ESTUDO, 1991 E 2000.

Município	PERCENTUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA E FORA DA ESCOLA 1991/2000							
	Percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola, 1991	Percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola, 2000	Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, 1991	Percentual de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, 2000	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos na escola, 1991	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos na escola, 2000	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola, 1991	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola, 2000
Conceição do Mato Dentro	72,63	90,53	27,37	9,47	34,28	65,45	65,72	34,55
Congonhas do Norte	75,07	92,85	24,93	7,15	21,95	68,05	78,05	31,95
Dom Joaquim	80,81	91,20	19,20	8,80	31,28	67,21	68,72	32,79
Itambé do Mato Dentro	68,73	93,91	31,27	6,09	24,88	70,89	75,12	29,11
Jaboticatubas	80,32	96,23	19,68	3,77	36,92	70,89	63,08	29,11
Morro do Pilar	71,34	93,41	28,66	6,59	34,98	71,75	65,02	28,25
Santana do Riacho	71,96	95,79	28,05	4,21	29,65	70,47	70,35	29,53
Santo Antônio do Rio Abaixo	78,62	95,34	21,38	4,66	30,59	73,96	69,41	26,04
São Sebastião do Rio Preto	69,83	95,62	30,17	4,38	32,10	80,00	67,90	20,00

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os nove municípios contemplados com a pesquisa “Serra do Cipó: identificação de bens culturais de natureza imaterial” possuem vários aspectos que os aproximam. O primeiro deles é a baixa densidade demográfica, seguida de uma forte predominância do estilo de vida rural. Embora em todos os municípios existam comunidades rurais, notamos no decorrer da pesquisa de campo distinções sociais entre as regiões urbanas dos municípios e suas comunidades rurais, isto é, os habitantes das comunidades rurais sofrem com julgamentos sociais produzidos pelos moradores da sede. Outro caso de distinção social percebido durante a pesquisa de campo foi entre a Sede de Santana do Riacho e seu distrito Serra do Cipó. Os moradores da sede ressentem de não terem progredido como o distrito. Um morador da sede chegou afirmar que: *“eles não querem misturar. Então nós fazemos nossas festas aqui e eles fazem a deles lá”*³³.

Diante do exposto não identificamos uma possibilidade de haver uma identidade do Sítio investigado. Além disso, percebemos que entre os municípios pesquisados cada um conchama para si o título de ser da Serra do Cipó mais que outros. Tal posição foi interpretada como forma de garantir status turístico e de serem vistos como relevantes do ponto de vista ambiental.

Em relação aos bens culturais de natureza imaterial vislumbramos que o Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos de Conceição do Mato Dentro é o bem imaterial que congrega e envolve todos os municípios pesquisados. Os relatos dos moradores destes municípios enfatizam as cavalgadas que partem para o Jubileu, os fiéis que para pagar promessa vão à Conceição do Mato Dentro a pé e também os ônibus fretados que seguem em direção ao Santuário nos dias de festa. Esses são os principais meios de locomoção utilizados pelos fiéis para comparecer ao Jubileu e cada um deles envolve dinâmicas específicas de organização que favorecem o estreitamento dos laços sociais entre os moradores de uma mesma cidade ou entre cidades.

Já em cada localidade podemos apontar alguns bens que a comunidade destacou de forma reiterada como bem de significação diferenciada enquanto marca de sua identidade. Em São Sebastião do Rio Preto, por

³³ Essas questões aqui levantadas ainda são prematuras, mas do ponto de vista sociológico são interessantes de pontuá-las para investigações futuras.

exemplo, foi a crença no santo popular João Moleque. Os moradores de São Sebastião do Rio Preto compartilham uma crença típica do catolicismo popular. O pivô da crença é um negro escravo conhecido como João Moleque. Segundo os moradores, João Moleque era um escravo que tinha livre acesso na casa-grande e diante dessa regalia roubava comida desse lugar e dava para outros escravos saciarem a fome. Entretanto, um dia o seu senhor descobriu suas peripécias e como castigo arrumou-lhe uma tocaia e o matou. A partir desse momento os que foram ajudados por João Moleque passaram a rogar-lhe ajuda e todos os pedidos eram atendidos.



Foto 14 - Imagem do João Moleque, localizada no Altar dedicado a ele.
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Maio/ 2011)

A crença no poder de João Moleque persiste até hoje e a força dessa crença pode ser percebida nos relatos dos fiéis sobre as graças alcançadas por intermédio desse santo popular, assim como pela presença de um altar dedicado ao João Moleque, na estrada que liga a sede à comunidade rural Cauís. O altar foi construído por um grupo de devotos sob a liderança do falecido Raimundo Zacarias de Souza. Ao construir o altar a intenção do grupo era de prestar homenagem e devoção ao João Moleque. Muitos

moradores comparecem ao altar para rezar, pedir e agradecer graças ao João Moleque. Também é celebrada missa uma vez por mês no local. Ainda de acordo com os moradores, o local no qual foi construído o altar é onde João Moleque faleceu.

Em Congonhas do Norte dois bens foram apontados frequentemente como tendo destaque: a Festa de Santana, dedicada à padroeira da cidade, e a Festa de Nossa Senhora do Rosário ou Festa de Alves, realizada na comunidade rural Santa Cruz de Alves.

No município de Dom Joaquim, assim como em Itambé do Mato Dentro, Santana do Riacho, Santo Antônio do Rio Abaixo e Morro do Pilar foram destacadas as celebrações dedicadas aos seus santos padroeiros: Festa de São Domingos; Festa da Padroeira Nossa Senhora das Oliveiras, Do Divino e do Sagrado Coração de Jesus ou simplesmente “Festa de Agosto”; Festa de Nossa Senhora de Santana; Festa de Santo Antônio; e Festa de Nossa Senhora do Pilar, respectivamente.

Ainda que em Morro do Pilar os moradores tenham destacado a festa consagrada à padroeira da cidade, a equipe técnica percebeu que o artesanato em palha de indaiá, produzido no município, possui tradição e pode ser percebido como forte marca da identidade local. A palha de indaiá é proveniente do coqueiro *ataleia dúbia*, abundante na região. A extração da matéria prima é feita pelas mulheres trançadeiras e produtoras do chapéu de palha de indaiá. A produção do chapéu é feita exclusivamente por mãos femininas, embora alguns homens ajudem suas esposas na colheita da palha.



Foto 15 - Chapéu de palha de indaiá, produzido em Morro do Pilar
Foto: Ricardo S. Gonçalves (Maio/2011)

Na comunidade rural Lapinha, pôde-se perceber que as famílias envolvidas com a atividade dividem as tarefas da seguinte forma: as mulheres mais velhas, geralmente avós e mães, costuram a mão as tramas, espécie de uma fita, com 1,5cm de largura, feitas a partir do trançamento da palha de indaiá, e as filhas produzem essas tramas. A costura do chapéu de indaiá consiste em unir as tramas produzidas, geralmente, pela geração mais nova de mulheres. Ao unir essas tramas o chapéu vai ganhando sua forma. Todo o trabalho de produção do chapéu é feito no intercalar de outras atividades domésticas ou pastoris, como cozinhar, plantar, colher, lavar roupa, assistindo televisão, entre outras atividades cotidianas.

Deve-se destacar que as mulheres que costuram a trama são chamadas de chapeleira e as que trançam a palha de indaiá para criar a trama são conhecidas como trançadeiras. Quando uma mulher realiza as duas atividades ela é chapeleira e trançadeira. O dinheiro adquirido com a venda do chapéu é utilizado para complementar a renda familiar ou então para o uso individual dessas mulheres chapeleiras e trançadeiras.

Outro ponto interessante percebido na pesquisa de campo é que quando uma família possui três, quatro ou mais mulheres adolescentes ou jovens a produção do chapéu é intensa, pois essa família produz grande quantidade de trama, o que propicia maior produção de chapéu.

Em Jaboticatubas foram destacados os ritos afros como o candombe e as comunidades quilombolas de Mato do Tição e Açude Cipó.

No município de Conceição do Mato Dentro o destaque foi dado ao Jubileu do Senhor Bom Jesus do Matosinhos, à Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e à Festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade.

Por fim, convém destacar que em todos os nove municípios há celebrações consagradas aos seus santos padroeiros e todas elas foram destacadas de forma reiterada pelas comunidades. A importância e o caráter tradicional aferidos às celebrações desse tipo estão relacionados ao entrelaçamento com a história de constituição desses espaços, isto é, para os moradores, essas celebrações são vivenciadas e praticadas desde tempos imemoriais. Além disso, elas são caracterizadas pelos fiéis como ritos de fé, momento de agradecer, de pedir e de fortalecimento espiritual.

DOCUMENTO I

A SEGUIR APRESENTAMOS OS ENTREVISTADOS DE CADA LOCALIDADE.

Conceição do Mato Dentro

Nome: Alexandre José de Assis, restaurador e líder comunitário da comunidade de Cubas.

Entrevista concedida em 01 de abril de 2011.

Nome: Roberta Tanure Passos, gerente do Departamento de Turismo de Conceição do Mato Dentro.

Entrevista concedida em 31 março de 2011.

Congonhas do Norte

Nome: Clóves Isaias de Oliveira, professor e ex-chefe da Diretoria Municipal de Cultura, Turismo e Meio Ambiente.

Entrevista concedida em 12 de maio de 2011.

Nome: Adelaide da Rocha Pereira, aposentada.

Entrevista concedida em 12 de maio de 2011

Dom Joaquim

Nome: Dirceu Thomaz Rabelo, secretário municipal de turismo e cultura.

Entrevista concedida em 12 de abril de 2011.

Itambé do Mato Dentro

Nome: Lúcia Helena Santos Souza, secretária municipal de turismo, cultura, meio ambiente, esporte e lazer.

Entrevista concedida em 31 de maio de 2011.

Jaboticatubas

Nome: Arlete Rita Nogueira, presidente da Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Turismo Padre Messias – JABOTUR.

Entrevista concedida em 27 de abril de 2011.

Nome: Lindomar João do Santos, pedreiro e morador da comunidade quilombola Mato do Tição.

Entrevista concedida em 17 de março de 2011.

Nome: Flávio José dos Santos, professor de dança e morador da comunidade quilombola Açude Cipó.

Entrevista concedida em 7 de abril de 2011.

Morro do Pilar

Nome: Maria José Ferreira Soares, ex-secretária municipal de cultura e turismo. Entrevista concedida em 5 de maio de 2011.

Nome: Cácio Geraldo de Paula, professor de história.

Entrevista concedida em 5 de maio de 2011.

Santana do Riacho

Nome: Silas Salgado, professor de história.

Entrevista concedida em 5 de abril de 2011.

Nome: João Antônio Mário Filho, lavrador e morador do povoado Lapinha da Serra. Entrevista concedida em 6 de abril de 2011.

Santo Antônio do Rio Abaixo

Nome: Maria das Graças Faria Duarte, professora aposentada.

Entrevista concedida em 3 de maio de 2011

São Sebastião do Rio Preto

Nome: Ana Maria Gonçalves, secretária municipal de cultura, turismo e esporte. Entrevista concedida em 2 de maio de 2011.

DOCUMENTO II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Identificação do entrevistado

Nome:

Idade:

Endereço:

Profissão:

Inserção no meio cultural do município/região ou relação com o/s bem/ens cultural/ais identificado/s

Identificação de bens culturais de natureza imaterial no município/região (nesse momento, o entrevistador pode citar alguns dos bens já identificados, como apoio à memória do entrevistado e exemplificação do que está sendo pedido)

Quais manifestações culturais, saberes e modos de fazer tradicionais existem na cidade?

Desde quando existem na cidade/região?

Quando ocorrem?

Quem são seus executores (se possível, pegar contatos)?

Qual o seu público?

Qual sua importância para os moradores da cidade?

Como esses bens culturais são produzidos e reproduzidos (sustentabilidade)?

Como são repassados para as novas gerações?

Se são bens vivos; se sofrem algum tipo de ameaça (correm o risco de deixar de existir)

Quais dificuldades enfrentadas e soluções encontradas para a continuidade dessas manifestações/saberes/modos de fazer?

Comentários gerais que queiram ser feitos.

REFERÊNCIAS³⁴

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais**. Ex. 2. Belo Horizonte: Editora Promoção da Família. 1985.

CÂMARA, Tudy; MURTA, Roberto.. **Mamíferos da Serra do Cipó**. Belo Horizonte: Puc Minas, Museu de Ciências Naturais, 2003.

ESTRELA, Regina Celeste. **Typas**: a curiosa cidade mineira de Jaboticatubas. Jaboticatubas. [s/d] 36p.

ETEROVICK, Paula Cabral; SAZIMA, Ivan. **Anfíbios da Serra do Cipó**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2004.

Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – Cedefes. **Mato do Tição**. Disponível em <[HTTP://www.cedefes.org.br/indez.php?=projetos_detalhe&id_pro=94](http://www.cedefes.org.br/indez.php?=projetos_detalhe&id_pro=94)> Acesso em 18 mar. 2011.

FERREIRA, Rodrigo. **Serra do Cipó**. Rio de Janeiro: Doiis. 2005.

FREIRE, Flávia Menezes; VEIGA, Ana Cecília Rocha UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Candombe do povo do Açude** - Serra do Cipó, patrimônio cultural turístico sustentável. (Monografia). 2009. 66 f.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais**: Circuito do Diamante – Conceição do Mato Dentro. Volume 1. 1981.

34 Para lista completa das fontes inventariadas desta pesquisa consultar o Anexo 1: Bibliografia.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais**: Circuito do Diamante. Volume 5. 1981.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). **História de Minas Gerais**: As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo. V. 1. 2007, p. 439-454.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CONTAGEM DA POPULAÇÃO 2010. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/CIDADES](http://www.ibge.gov.br/cidades)>

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa. 2 ed. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 1997.

LAGES, Silvana Núcia de Souza. **Plano especial de preservação do patrimônio arquitetônico e ambiental da cidade de Conceição do Mato Dentro**. Projeto de pós-graduação apresentado ao curso de Revitalização Urbana e Arquitetônica da Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. Belo Horizonte. 2009. 128f.

MADEIRA, João Augusto; RIBEIRO, Kátia Torres. **Plano de Manejo – Parque Nacional da Serra do Cipó**: Resumo executivo. Parte I. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/brasil/MG/parna-da-serra-do-cipo/downloads/plano-de-manejo/Resumo%20Executivo_Parte%20I.pdf. Acesso em 12 jan. 2011.

MADEIRA, João Augusto; RIBEIRO, Kátia Torres. **Plano de Manejo – Parque Nacional da Serra do Cipó**: Resumo executivo. Parte II. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/brasil/MG/parna-da-serra-do-cipo/downloads/Resumo%20Executivo_Parte%20II.pdf. Acesso em 12 jan. 2011

MARTINS, Regina Andréa; RIBEIRO, Marcos Roberto Moreira UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **O desenvolvimento** local: políticas públicas e ação do turismo no povoado de Lapinha, município de Santana do Riacho - MG. 2002. 123 f.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia.

MATTA, Maria Eugenia Soares; CARVALHO, Elizabeth Sales de; MENEZES, Ivo Porto de; CARSALADE, Flávio de Lemos. **Congonhas do Norte e o registro da arquitetura colonial na região do ouro e diamante**. 2000 129fls Monografia (especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Minas tem: grutas, serra e diamante**. Belo Horizonte. 2000.

MOURA, Antonio Marcio Ferreira de; SAADI, Allaoua. **Serra do Cipó-MG: ecoturismo e impactos socioambientais**. 2000. 184 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências.

OTTONI, Christiano. **Serra do Cipó: sempre viva**. Pedro Leopoldo: Gráfica e Editores Tavares. 2008.

PINTO, José Sebastião Dantas de Andrade. **A Serra do Cipó**. Belo Horizonte: Mazza, 1999.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2003**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>

RIBAS, Rodrigo. **Turismo ambiental e desenvolvimento social em Morro do Pilar – MG**. (Monografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de geociências. Belo Horizonte, 1997.

SAINT-HILAIRE, Augusto. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. 1º Tomo. Tradução: Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editorial Nacional. 1938. (Prefácio do autor de 1830).

VIEIRA, Sérgio. **Crescimento econômico, desenvolvimento humano e pobreza**: análise da situação em Moçambique, Documentos de Trabalho nº 68, CESA, in: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/68.pdf>.